

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 18

J6 LIVE
ANFIP

Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ..... 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sai consenso sobre desoneração da folha..... 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fim da isenção até US\$ 50 pode dobrar preços, diz Shein..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Advogados estimam baixa adesão a programa de autorregularização..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Comércio exterior e reforma tributária - OPINIÃO JURÍDICA..... 14

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Socorro da União chega a R\$ 50,9 bi..... 16

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo vai antecipar benefícios a vítimas..... 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Encargos trabalhistas superam 100% do valor dos salários no País..... 19

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Mercadante defende aportes do Tesouro devido a perdas com FAT..... 21

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

"Bets": parlamentares derrubam veto de Lula..... 22

DEZ MINUTOS - MANAUS - AM - SEU BOLSO
SEGURIDADE SOCIAL

Folha de pagamento de 17 setores será reonerada a partir de 2025..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
SERVIDOR PÚBLICO

Greve geral contra ajuste de Milei deixa ruas de Buenos Aires desertas..... 24

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desoneração: governo e Congresso fecham acordo..... 25

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma tributária e a tragédia no Rio Grande do Sul (Artigo)..... 27

FOLHA ONLINE - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Os benefícios fiscais de ICMS e o ressarcimento constitucional..... 29

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Plano federal prevê injetar R\$ 51 bi na economia do RS.....	31
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Tribunais afastam tributação sobre benefícios fiscais.....	33
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA ECONOMIA	
Taxa de juro real do Brasil seguirá elevada - BRASIL EM FOCO.....	35
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
A confusão que o BC terá de desfazer (Editorial).....	37
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Novas incertezas na economia - CELSO MING.....	39
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Temor de interferência política no BC leva dólar a R\$ 5,14; Bolsa cai 1%.....	40
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Banco da Inglaterra se junta a pares europeus e indica corte de juros.....	42
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
Divisão do Copom semeia incerteza para o futuro (Editorial).....	43
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Enchente no RS coloca em xeque alta de 2% no PIB brasileiro.....	44
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
81% da produção gaúcha está em cidades em estado de calamidade pública.....	46

Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

Por: J6 Live

Participantes de audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) nesta quinta-feira (9) divergiram sobre o impacto da liberalização de jogos de azar no turismo em audiência pública. O debate atendeu a requerimentos dos senadores Carlos Viana (Podemos-MG) e Eduardo Girão (Novo-CE) para discutir projeto que autoriza o funcionamento de cassinos e bingos, legaliza o jogo do bicho e as apostas em corridas de cavalos. O Projeto de Lei (PL) 2.234/2022, da Câmara dos Deputados, é relatado pelo senador Irajá (PSD-TO) e está em análise no colegiado. O debate foi presidido pelo senador Marcos Rogério (PL-RO).

Segundo o secretário nacional de Infraestrutura, Crédito e Investimentos do Ministério do Turismo, Carlos Henrique Sobral, o Brasil está estagnado no mesmo número anual de 6 milhões de visitantes internacionais. Para ele, os cassinos poderiam aquecer o setor.

- Há anos não passamos esse número. É um desafio que o Ministério do Turismo tem - disse Sobral.

O governo federal estima aumento de 20% nos atuais 214 mil empregos relacionados ao turismo caso os jogos sejam legalizados, além de crescimento de 1,2% na participação do turismo no produto interno bruto (**PIB**). Atualmente, segundo Sobral, o setor do turismo representa 8% do **PIB**.

O vice-presidente da Operação de Cassinos do Hard Rock Internacional, Alex Pariente, afirmou que a quantidade de brasileiros que viajam para a cidade de Las Vegas, nos Estados Unidos, para jogar em jogos de azar é relevante. Na opinião dele, essas pessoas poderiam estar impactando a economia do Brasil.

- Se nós podemos utilizar todo tipo de recurso, de uma maneira muito controlada, para poder fortalecer o ingresso de turista, ao invés da exportação como existe hoje, acho um benefício importantíssimo. Em Las Vegas, o mercado brasileiro internacional foi o terceiro [maior]. Essa exportação de turistas não é insignificante. [...] Os EUA têm 1.011 cassinos comerciais, com impacto econômico de US\$ 328 bilhões - disse Pariente.

Impacto questionado

A relevância da busca de brasileiros por cassinos em Las Vegas foi contestada pelos senadores Jorge Seif (PL-SC) e Girão. Para Girão, os estrangeiros não se interessarão mais pelo Brasil por causa dos jogos de azar, que já são liberados em muitos países.

- Os jogos não vão contribuir para atrair turistas estrangeiros. O cara vai acordar lá na França, que tem jogo [legalizado], país vizinho [com jogo legalizado] em todo lugar ali na Europa, e ele vai [pensar] "me deu vontade de jogar, eu quero jogar no Brasil"? - questionou o senador.

Já para o procurador da Justiça do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) André Estevão Ubaldino Pereira, o desenvolvimento turístico no Brasil não cresce em razão de problemas na segurança pública, como os homicídios e seu vínculo com o tráfico de drogas. Na avaliação dele, a aprovação do projeto de lei fortalecerá organizações criminosas e causará piora no turismo.

- Temos aproximadamente 40 mil homicídios por ano. É isso que faz com que o turista estrangeiro não venha para cá, exatamente porque vivemos em um país de grave risco. O tráfico de drogas só sobrevive porque não criamos mecanismos para inibir a lavagem de dinheiro. Essa violência atroz que vivemos é a consequência de uma atividade criminosa que será exponencialmente estimulada se o jogo for legalizado.

Arrecadação

Vice-presidente executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais de **Receita Federal do Brasil (Anfip)**, Gilberto Pereira afirmou que a **Anfip** é contra o projeto de lei. Ele disse que países como Estados Unidos e Inglaterra, que permitem as atividades de jogos de azar, não são capazes de evitar a sonegação e a associação de cassinos com as máfias. O aumento de arrecadação do governo com **impostos** no setor é um argumento utilizado frequentemente pelos parlamentares favoráveis.

- Estima-se bilhões de dólares que são sonegados neste segmento. A ideia de trazer algum aumento de arrecadação é ilusória, apenas uma máscara para dizer que a ideia é boa. Se [o Brasil] quer aumentar

arrecadação, tem que investir na administração tributária. O que vai aumentar é a criminalidade - disse Pereira.

Porém, para o especialista em fiscalização e regulação Guilherme Luís Dias, empresas brasileiras já possuem tecnologia nacional que permite a fiscalização adequada. Ele afirmou que representa empreendimentos interessados na venda de máquinas de jogos.

- O obstáculo do controle e da fiscalização não existe. Existe tecnologia brasileira capaz de fazer controle do número desses equipamentos. É possível perfeitamente que o Estado brasileiro autorize o número da máquina que quiser. E essas máquinas vão estar on-line na **Receita Federal** para ver o faturamento de todas elas, [a Receita] pode verificar se há lavagem de dinheiro ou alguma irregularidade. A atividade é importante em todos os países civilizados do mundo: na Inglaterra, França, Espanha. E está devidamente regulamentada. Concorro que existem sempre fugas, isso é da natureza humana.

Saúde mental

Dias ainda defendeu que o segmento trará benefícios econômicos, industriais e fiscais. Mas para o psiquiatra coordenador do Programa Ambulatorial do Jogo Patológico da Universidade de São Paulo (USP), Hermano Tavares, os países citados pelo especialista em regulação ficam "empatados" entre os benefícios e malefícios da liberação. Segundo Tavares, estudo feito pelo programa da USP que ele coordena identificou que o vício em jogos, que é considerado transtorno mental, deve ser considerado questão de saúde pública. A arrecadação do governo, para ele, acabará sendo revertida na prevenção e no tratamento dos viciados.

- Uma taxa de 2% a 2,5% na população que terá a sua vida seriamente prejudicada em algum momento por dificuldade com controle da aposta. A terceira dependência mais comum e crescendo no Brasil é o transtorno do jogo. Essa frequência aumentará à medida que aumentar a disponibilidade das oportunidades de aposta. [A aprovação do projeto] significa custos à saúde, custos financeiros, custos ao sistema jurídico. Em outros países, o benefício e o custo em geral fica empatado. Se há um desempate para melhor ou para pior, depende do rigor do controle [da atividade].

Jorge Seif criticou o projeto apontando casos de pessoas que sofrem com o vício em jogos. Dívidas, transtornos mentais e rupturas familiares, segundo o senador, são comuns em viciados. Ele ainda mencionou que vivenciou situações do tipo em sua

família.

Também participaram do debate os representantes das Associações Brasileiras dos Resorts, Thiago Borges, e da Indústria de Hotéis, Manoel Cardoso Linhares, que criticaram a ausência de previsão para que estabelecimentos que já existem possam pleitear autorização para cassinos.

O promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais, Peterson Queiroz Araújo, o suplente de deputado federal Prof. Paulo Fernando (Republicanos-DF) e o representante da Associação em Defesa dos Jogos e Apostas (Adeja-BR) Giovanni Rocco também deram suas contribuições.

Jogo do bicho e corridas de cavalos

O PL 2.234/2022 autoriza a instalação de cassinos em polos turísticos ou em complexos integrados de lazer, como hotéis de alto padrão com pelo menos 100 quartos, restaurantes, bares e locais para reuniões e eventos culturais. O texto prevê a instalação de um cassino em cada estado e no Distrito Federal. Exceções apenas para os estados de São Paulo (até três cassinos) e Minas Gerais, Rio de Janeiro, Amazonas e Pará (até dois cassinos). Também poderão ser instalados cassinos em embarcações marítimas (no limite de dez, em todo o país) e em navios fluviais com pelo menos 50 quartos.

Além disso, em cada estado e no Distrito Federal, poderá ser credenciada para explorar o jogo do bicho uma pessoa jurídica a cada 700 mil habitantes. Já as apostas de corridas de cavalos poderão ser exploradas por entidades turísticas credenciadas no Ministério da Agricultura. Essas mesmas entidades poderão também ser credenciadas a explorar, ao mesmo tempo, jogos de bingo, desde que no mesmo local em que haja a corrida de cavalos.

Notícias Relacionadas:

JORNAL ONLINE ALAGOAS - MACEIÓ - AL
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

IMPACTO PB
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

TV INTERBAM ONLINE - BAMBUÍ - MG
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

PORTAL DIFUSÃO BRASIL - JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

ACRE AO VIVO
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

JORNAL A CIDADE - ONLINE - MS
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

PORTAL WR NEWS - GO
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

A NOTÍCIA DIGITAL - PONTA GROSSA - PR
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

PLANTÃO MS
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

IMARANHENSE - SÃO LUÍS - MA
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

CONECTA OESTE
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

PRIMEIRA NOTÍCIA - CUIABÁ - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

OESTE 360 - ONLINE
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

PORTAL TV CARIRI - PB
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

JORNAL B NEWS - ONLINE - GO
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

DEBATE PARAÍBA
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

NOTÍCIAS NO AR - MATA DE SÃO JOÃO - BA
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

O ESTADÃO - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

CENÁRIO NEWS - CUIABÁ - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

RESUMO DIGITAL - CUIABÁ - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

PORTAL NA - ITAJAÍ - SC
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

MT PLAY - CUIABÁ - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

O EMPALLADOR - VÁRZEA GRANDE - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

REDE CEARÁ TV
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

DNA NOTÍCIAS - CUIABÁ - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

O REPÓRTER REGIONAL
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

FOLHA DO AMAPÁ ONLINE - AMAPÁ - AP
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

BOLA NEWS - CUIABÁ - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

PAPO DE IMPRENSA
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

RN TV - CUIABÁ - MT

Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

NG NOTÍCIAS - NOVA GUARITA - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

VOZ MT - CUIABÁ - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

ES1
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

PORTAL SAJ NET - SANTO ANTÔNIO DE JESUS - BA
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

MAIS NOTÍCIAS MT - RONDONÓPOLIS - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

REPÓRTER PARÁ
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

LINK GERAL - CUIABÁ - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

PORTAL RIBEIRA
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

MOMENTO MT - CUIABÁ - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

MATO GROSSO NEWS - RONDONÓPOLIS - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

LOCAL MT - RONDONÓPOLIS - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

LAPADA LAPADA - CUIABÁ - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

DIÁRIO DIGITAL MT - CUIABÁ - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

ROSÁRIO NEWS - ROSÁRIO OESTE - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

A FOLHA DO MÉDIO NORTE ONLINE - BARRA DO BUGRES - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

PORTAL MATO GROSSO - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

O DOCUMENTO - CUIABÁ - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

WEBTV MATO GROSSO - RONDONÓPOLIS - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

PLENÁRIO MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

PORTAL PARANATINGA - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

BNL DATA
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

CADERNO POLÍTICO - BRASÍLIA - DF
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

PORTAL SANJOANENSE- SÃO JOÃO DO PIAUÍ- PI
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na

CCJ
TV CAETÉ ONLINE - CAETÉ - MG
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
JORNAL NOTÍCIA EXTRA - GO
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
PORTAL ANTENADOS - ITABIRITO - MG
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
PÁGINA DE POLÍCIA - SALVADOR - BA
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
MT ALERTA - CUIABÁ - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
PORTAL DA FEIRA - FEIRA DE SANTANA - BA
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
MIRANTE DA BOCAINA - LAVRAS - MG
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
PONTO MT - CUIABÁ - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
VAMOS ADIANTE
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
INFORMATIVO PLÁCIDO - AC
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
MANCHETE POLÍTICA - ONLINE
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
OSVALDO BATISTA - JEQUIÉ - BA
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
VEJA POPULAR - CUIABÁ - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
ALERTA ESPÍRITO SANTO
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
O ALFENENSE - ALFENAS - MG
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
A VOZ DOS MUNICÍPIOS ONLINE - RJ
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
FOLHA DO ESTADO MT - CUIABÁ - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
AGÊNCIA SENADO - PORTAL DO SENADO FEDERAL - DF
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
GAZETA DO DIA - SORRISO - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
RADAR MT - RONDONÓPOLIS - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
PORTAL NOTICIÁRIO - CANARANA - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
BOLETIM POLITICO - SP
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
A TRIBUNA DO SERTÃO - CATINGUEIRA - PB
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ

CANAVIEIRA NEWS - PI
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
TRIBUNA PIAUÍ - ONLINE
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
É DESTAQUE BRASÍLIA - DF
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
FOLHA DE SABARÁ ONLINE - SABARÁ - MG
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
PORTAL TRANSPARENCIA BRASIL - DF
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
JORNAL DE UBERABA ONLINE - UBERABA - MG
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
BS NEWS NOTÍCIAS - CUIABÁ - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
CONJUNTURA ATUAL
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
NOTÍCIA PARAÍBA - JOÃO PESSOAL - PB
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
NOTÍCIAS DA SUA CIDADE
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
ALÔ PIAUÍ
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
O SERVIDOR PÚBLICO - SALVADOR - BA
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
MT AGORA
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
CLIC PORTELA - TENTENTE PORTELA - RS
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
BAHIA REVISTA - CANDEIAS - BA
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
MS EM PRIMEIRA MÃO
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
SÃO ROQUE ON - TERESINA - PI
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
TA NO SITE - SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - PR
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
JEREMOABO.COM - JEREMOABO - BA
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
PIAUÍ 224 - PI
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
NB NOTÍCIAS - RS
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
100 NOTÍCIAS - CRISTINO CASTRO - PI
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
LUCAS EM FOCO - LUCAS DO RIO VERDE - MT
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na CCJ
ACRELÂNDIA NEWS - AC

Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na
CCJ
BLOG DO HP - ABREULÂNDIA - TO
Impacto de cassinos no turismo é alvo de divergência em debate na
CCJ

Site: <https://j6live.com.br/noticia/34764/impacto-de-cassinos-no-turismo-e-alvo-de-divergencia-em-debate-na-ccj>

Sai consenso sobre desoneração da folha

» **VICTOR CORREIA**

O governo federal e o Congresso firmaram ontem um acordo para retomar, gradualmente, a oneração da folha de pagamentos para os 17 setores intensivos em mão de obra. Para este ano, fica mantida a alíquota zero, que será retomada de forma escalonada nos próximos anos.

O aumento começa em 2025, com 5% sobre a folha, e será 10% em 2026, 15% em 2027 e 20% em 2028, igualando a tributação com as demais atividades econômicas.

Além disso, o 13º não será taxado até 2028. Para a folha dos municípios, um acordo deve ser firmado na semana que vem.

O anúncio foi feito ontem, em coletiva de imprensa, no Salão Azul, do Senado Federal. "Em 2028, está tudo zerado. Todo mundo com a mesma alíquota", declarou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo ele, a proposta foi definida em discussão com as empresas afetadas.

Para valer, a proposta terá que passar por uma modulação da liminar emitida pelo ministro do STF Cristiano Zanin, uma vez que a Advocacia-Geral da União havia entrado com uma ação questionando a constitucionalidade da Lei 14.784/2023, que prorrogou a desoneração das empresas, aprovada no fim do ano passado, no Congresso.

A judicialização da matéria levou a uma onda de reclamações de empresários, que chegaram a estimar a perda de um milhão de vagas de emprego.

Os setores estavam apreensivos porque, com a decisão do Supremo favorável ao governo, o tributo deveria ser recolhido a partir do dia 20 deste mês.

Com a modulação, não será mais necessário o pagamento.

Haddad frisou, porém, que o governo terá que apresentar contrapartidas para compensar a perda na arrecadação, estimada em R\$ 10 bilhões. "A Fazenda, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, vai ter que encontrar alguma compensação para isso. Nós estamos assumindo a responsabilidade desse encaminhamento", afirmou o ministro.

Questionado, Haddad não adiantou quais serão as

medidas apresentadas. O anúncio de ontem, porém, abarca apenas as empresas. Há ainda a questão da desoneração da folha dos municípios, que também precisará ser compensada. Juntas, as duas medidas devem custar R\$ 22 bilhões em renúncia fiscal.

O chefe da Fazenda destacou que o governo também trataria nesta semana com os prefeitos, mas isso foi impossibilitado pela calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul. Muitos dos envolvidos na negociação são gaúchos.

O debate será retomado na segunda-feira, mas a ideia do governo é também chegar a um acordo para a reoneração gradual.

Haddad destacou, porém, que o modelo utilizado para os municípios deve ser diferente do das empresas.

"Na semana que vem, nós vamos tratar da questão dos municípios, e há alternativas muito interessantes que vão ser exploradas pelos próprios prefeitos e suas associações", explicou Haddad.

O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) comentou que o tema será debatido pelo Senado, também na segunda-feira. À época da judicialização, Pacheco fez críticas duras ao governo e protagonizou discussão com o próprio Haddad, que cobrou "responsabilidade fiscal" do Congresso. Em resposta, o senador afirmou que o Legislativo não tem obrigação de concordar com todas as medidas do Executivo, e chamou a crítica do ministro de uma "admoestação desnecessária e injusta".

Com o acordo, Pacheco pregou a conciliação. "Neste momento é muito importante que a gente busque a convergência.

Aparar as arestas e encontrar um caminho de solução para essa questão de muitas empresas que vivem hoje um drama de recolhimento previdenciário à luz da decisão do STF", frisou.

Reforma da folha Haddad reforçou que o governo pretende propor, após a reforma sobre consumo - atualmente em discussão - a reforma sobre a renda, que incluirá o recolhimento previdenciário, o que porá fim, definitivamente, às atuais polêmicas. "Eu entendo que, se formos perseverantes, muito antes de 2027 nós teremos a aprovação de um substitutivo para isso", declarou o ministro. "Há abusos de toda ordem. Empresas substituindo trabalhadores com carteira

assinada por MEIs (Microempreendedores Individuais). Há uma infinidade de coisas acontecendo no mundo real, que recebe atenção da **Receita Federal**, preocupação de todos nós e gera distorções e privilégios", emendou.

A proposta de reforma dos **tributos** sobre a renda e o patrimônio deverá ser encaminhada ao Parlamento em 2025.

"Neste momento é muito importante que a gente busque a convergência.

Aparar as arestas e encontrar um caminho de solução para essa questão de muitas empresas que vivem hoje um drama de recolhimento previdenciário à luz da decisão do STF" Rodrigo Pacheco, presidente do Congresso Nacional

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5934/10-05-2024.html?all=1>

Fim da isenção até US\$ 50 pode dobrar preços, diz Shein

RENÉE PEREIRA WESLEY GONSALVES

A decisão do deputado Átila Lira (PP-PI) de incluir o fim da isenção de compras de até US\$ 50 em plataformas estrangeiras dentro do projeto de lei do programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover) - sucessor do Rota 2030, que busca incentivar a produção de automóveis menos poluentes - preocupou o chairman para a América Latina da gigante chinesa Shein, Marcelo Claire.

Em entrevista ao Estadão, ele afirmou que a medida vai punir especialmente os brasileiros mais pobres, que representam os principais clientes da empresa: 91% dos clientes do marketplace são das classes C, D e E.

A alteração feita pelo relator (chamada de jabuti por se tratar de assunto alheio ao tema principal do projeto) alcança plataformas estrangeiras como Shein, Shopee e AliExpress.

Se aprovada a inclusão, as mudanças darão fim ao programa federal Remessa Conforme, que isenta de **impostos** as importações.

Para Claire, a alteração no texto do projeto que tratava inicialmente de incentivos à indústria automotiva foi vista como uma surpresa por parte da companhia, que esperava uma "conversa aberta" com agentes do governo. "Introduzir isso dentro de uma outra lei, sobre energia e mobilidade, não tem nenhum sentido para mim", afirma. "O presidente Lula fala que nós não podemos ser punitivos contra os pobres.

Os clientes da Shein são dos estratos sociais C, D e E.

Eu não acredito que ele (Lula) deixaria isso acontecer." Ao criticar o fim da desoneração, o executivo comenta que os brasileiros que viajam para destinos internacionais podem comprar até US\$ 1 mil sem pagar nenhum tipo de tributação de importação, o que demonstraria, segundo ele, uma punição às classes mais pobres que compram em sites de cross-border e não em viagens para o exterior. "Eu viajo muito para o Brasil, e quando aterrisso aqui posso comprar até US\$ 1 mil de roupas pagando zero imposto. Ou seja, se você tem dinheiro para viajar, você pode importar e não pagar nada por isso", critica.

De acordo com a Shein, a aprovação do projeto de lei do Mover com o aditivo sobre desoneração de compras internacionais pode elevar o preço dos produtos em até 100%.

Apesar de afirmar que não tomará nenhuma decisão antes da aprovação do projeto pela Câmara, Claire adiantou que, caso a proposta prossiga no Legislativo, o impacto para os negócios da companhia podem alterar os planos da empresa no País. "É um impacto muito negativo, você não pode subir 92% dos **impostos** assim." Conforme divulgado no último relatório da **Receita Federal**, o mercado de e-commerce de cross-border movimenta cerca de R\$ 18 bilhões no País, o equivalente a 2% do varejo tradicional.

Para o especialista em varejo da FGV Ulysses Reis, um ajuste na lei ligada à mobilidade e à energia para cessar a desoneração de compras internacionais é "preocupante e confuso", que se baseia na premissa de que os varejistas nacionais estariam "pedindo por mais **impostos**".

Na análise do especialista, a aprovação do texto traria um impacto negativo, em especial, para os consumidores mais pobres.

Reis afirma que o aumento da carga tributária para esse tipo de compra vai na direção oposta de outros governos, a exemplo dos Estados Unidos, que reduziram os **impostos** dos varejistas nacionais para aumentar a competitividade do setor ante o crescimento dos sites internacionais. "O que precisamos é redução da carga tributária atual e do custo Brasil, não o contrário." ANTAGONISMO. Na avaliação do tributarista Henrique Lopes, sócio do escritório KLA Advogados, as possíveis mudanças no sistema de isenção de **tributos** são um tópico sensível para o governo porque envolve "interesses antagônicos".

"A favor da desoneração pode-se citar o interesse do consumidor em produtos baratos e de qualidade e a economia de recursos da fiscalização, que deixa de ter de fiscalizar um volume enorme de operações, podendo se concentrar nas operações de valor maior.

Contra a desoneração está o interesse da indústria e o comércio local, que emprega pessoas e paga

impostos no Brasil."

"Eu viajo muito para o Brasil, e quando aterrisso aqui posso comprar até US\$ 1 mil de roupas pagando zero imposto. Ou seja, se você tem dinheiro para viajar, você pode importar e não pagar nada por isso"
Marcelo Claure Chairman para a América Latina da Shein

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Advogados estimam baixa adesão a programa de autorregularização

Marcela Villar De São Paulo

O prazo para a autorregularização de dívidas oriundas da exclusão de subvenções de ICMS do cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL acaba no último dia do mês. Apesar de o programa ser atrativo, oferecer descontos de até 80% com parcelamento em até 84 vezes, advogados tributaristas estimam que haverá pouca adesão e que, para as empresas, vale mais levar a questão para o Judiciário.

Segundo especialistas, um dos pontos que desestimula a adesão é o que impede o contribuinte de questionar judicialmente a Lei das Subvenções (nº 14.789/2023)-norma que tem levado muitas empresas ao Judiciário e rendido decisões favoráveis. Restaria apenas, afirmam, a possibilidade de incluir casos em que o contribuinte teve uma postura mais arriscada de não cumprir com os requisitos da lei anterior (nº 12.973/2014) e não levar a questão à Justiça.

Esse impedimento está no artigo 10-11 da Instrução Normativa nº 2184/2023, que cria a autorregularização. Ele impõe como condição "a conformação do contribuinte ao disposto na Lei nº 14.789, de 2023, em especial quanto às condições para habilitação e aos limites de aproveitamento de crédito fiscal, sob pena de rescisão".

De acordo com o advogado Renato Silveira, sócio do Machado Advogados, a previsão desincentiva a participação e é como se a Fazenda estivesse "dando com uma mão e tirando com a outra". "É uma regra que desestimula. Porque você se livra de um passivo pretérito, só que se continuar discutindo o futuro, tem o risco de ter o passado comprometido", diz.

Apesar das discussões sobre o passado e sobre o futuro serem independentes, afirma, gerou-se um problema ao se vincular as duas legislações. "Não precisava existir essa regra", diz. "Se essa for a interpretação da Receita, provavelmente esse programa não vai ter tantas adesões", completa Silveira.

Antes, pelo artigo 30 da Lei nº 12.973, empresas poderiam abater do IRPJ e CSLL os incentivos fiscais de ICMS que recebiam dos Estados desde que fossem observados os requisitos legais do dispositivo, como constituir uma reserva de lucros e não distribuir aos

sócios. Esse entendimento foi confirmado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e virou um forte precedente para quem tem crédito presumido (Tema 1.182).

No julgamento, de abril do ano passado, o crédito presumido foi considerado pelos ministros como uma "grandeza positiva", pois não evita o débito de ICMS, mas cria um crédito novo para reduzir o valor final do imposto estadual devido. Enquanto que os outros tipos de benefícios fiscais (redução de alíquota, de base de cálculo, isenção ou diferimento, por exemplo) são grandezas negativas, isto é, não há uma receita para o contribuinte- para reduzir o valor do ICMS, evita-se o débito do imposto na origem. Por isso, precisavam seguir os requisitos legais da lei anterior.

Só que a partir da nova lei, em vigor desde janeiro, todos os tipos de subvenções passaram a ser tributadas indiscriminadamente pelos **impostos** federais. Em contrapartida, o governo possibilita a geração de crédito de até 25%, mediante a comprovação de investimento e outras condições.

Luiz Fernando Sachet, do Marchiori, Sachet, Barros Dias Advogados, afirma que a maioria dos clientes do escritório fez reserva de lucros, ou seja, cumpriu os requisitos do artigo 30 da lei antiga, então eles "não têm o que se preocupar" e não devem aderir ao programa. "Mas muitas não fizeram reserva e estavam discutindo a questão no Judiciário. Todos achavam que se aplicava o artigo 30 para tudo. Mas, para o crédito presumido, não precisa, se aplica a Constituição Federal." Para as que não fizeram reserva, o advogado recomenda a adesão. "É mais barato fazer a autorregularização, porque se a Receita atuar, a multa mínima é de 75%", afirma Sachet.

A advogada Catarina Fonte, sócia do Di Cavalcanti Advogados Associados, também não tem clientes aderindo. "Eles já tinham decisão anterior que, com base no entendimento do SIJ, afastou as regras do artigo 30", diz. O mesmo ocorre no escritório de Fernando Andrade, sócio do Severien Andrade Advogados. "Todos já tinham ação em curso que envolvia crédito presumido e estão respaldados pela jurisprudência do STJ", afirma.

O programa serve para essas empresas que não seguiram o entendimento do STJ de abril. Quem já foi

fiscalizado ou teve a lavratura do auto de infração não pode aderir. Só é possível incluir débitos vencidos até o dia 29 de dezembro de 2023.

A autorregularização é direcionada ainda para as compensações tributárias feitas com créditos indevidos das exclusões. "Existe o efeito cascata de a empresa ter apurado crédito por conta da exclusão indevida. A base de cálculo do IRPJ e CSLL reduziu e a compensação está conferindo direito ao contribuinte de pagar débitos com crédito inexistente. Mas a autorregularização permite a inclusão desse débito e que se desista desse contencioso", afirma Renato Silveira.

Dentre os benefícios, está o pagamento da dívida com 80% de desconto, dividido em 12 parcelas mensais. Ou o pagamento de 5% da dívida sem redução em cinco parcelas. O restante pode ser pago em 60 vezes, com abatimento de 50% do remanescente ou em 84 vezes, com desconto de 35%. É excluído do parcelamento o contribuinte que ficar inadimplente por mais de 30 dias.

Procuradas, **Receita Federal** e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não deram retorno até o fechamento da edição.

"Previsão em regras do programa desestimula a participação" Renato Silveira

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187866>

Comércio exterior e reforma tributária - OPINIÃO JURÍDICA

Welber Barrai é sócio de Barrai Parente Pinheiro Advogados, Doutor em Direito Internacional (USP)

é difícil exagerar a relevância do comércio exterior. Suas implicações estão relacionadas com o desenvolvimento econômico de um país, com sua inserção no cenário internacional, com a política industrial que pretende perseguir, e que terá imensos impactos para sua economia e seu emprego futuro.

No Brasil, essa percepção quanto à relevância do comércio exterior nem sempre é clara. Debates sobre o comércio exterior ficam circunscritos a aspectos aduaneiros ou quando muito à interação com a cobrança de **tributos** aduaneiros, com foco meramente fiscalista.

A limitação ontológica quanto ao aspecto multifacetado do comércio exterior se repete, agora, no debate sobre **reforma tributária**. No Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68, que condensa as propostas do governo, salpicam aqui e ali regras sobre comércio exterior e, sob o manto da regulamentação da CBS e do IBS, criam-se impactos econômicos relevantes para o futuro do comércio exterior no país.

Melhor seria, diante da imensa alteração que advirá com a **reforma tributária**, ter uma lei complementar própria para comércio exterior e direito aduaneiro, de forma a organizar a miríade de normas que atualmente se entrecruzam. Não sendo possível uma lei complementar autônoma, melhor que o PLP remeta às regras existentes, para evitar que frases vagas possam causar maior insegurança jurídica no futuro. Afinal, nessa reforma em cavalgada, o diabo pode estar em cada detalhe.

E isso porque, lendo o texto do PLP 68, um outro dito norte-americano vem à memória: não se deve consertar o que está funcionando ("If ain't broken, don't fix it").

Em vários momentos, a proposta de legislação, se aprovada como está, vai provocar danos a institutos testados e que hoje funcionam. O primeiro caso é o de drawback: criado em 1965, é um mecanismo fundamental para os exportadores-hoje, mais de 40% das exportações industriais se beneficiam desse regime. Entretanto, o PLP 68 não prevê o drawback de serviços, que já foi criado pela Lei nº 14.440/2022, traz

texto confuso sobre o drawback isenção, e não menciona outros procedimentos como o drawback intermediário, ou o drawback embarcação, ou o drawback fornecimento mercado interno. Como está, o texto desfigura um regime que funciona bem há décadas.

Algumas áreas do governo vão redarguir que, com a sistemática da compensação de créditos e com uma devolução mais célere, os exportadores não terão mais o acúmulo de créditos que hoje inviabiliza sua atividade econômica. Isso pode ser verdade em alguns casos, mas para empresas que sejam preponderantemente exportadoras, a suspensão do pagamento de **tributos** tem papel fundamental em seu fluxo de caixa, e permite a continuidade do negócio. Além do que, para as microempresas exportadoras (poucas há, infelizmente) o drawback de serviços pode constituir um incentivo fundamental na decisão de exportar.

Outro exemplo se refere às várias passagens que tratam das empresas comerciais exportadoras, as conhecidas tradings. Essas empresas trazem eficiência ao comércio exterior, na medida em que consolidam cargas e provêm escala na importação e na exportação, permitindo operações que são inacessíveis para empresas menores. A criação e a operação de uma trading já são submetidas atualmente a uma fiscalização extremada pela **Receita Federal**.

Mas o PLP 68 consegue complicar ainda mais a situação das tradings. Assim, o texto exige que sejam também certificados pelo programa de operador econômico autorizado (artigo 81 do PLP), Dassa a exigir para sua habilitação a intervenção do comitê gestor do IBS, permite que o cancelamento da habilitação da empresa seja realizado também pela administração estadual ou municipal (artigo 82), e ainda impõe à trading a responsabilidade do recolhimento do imposto seletivo que deveria ser pago na cadeia de fabricação (artigo 411). Tais regras transformarão as tradings numa atividade de alto risco, dificultando ainda mais a atuação desses intermediários que são essenciais para a promoção do comércio exterior brasileiro.

Ao complicar, desnecessariamente, a atuação das tradings, o PLP também se desvia da prática

internacional, tão louvada pelos autores da **reforma tributária**. Mundo afora, as legislações nacionais facilitam a atuação das tradings, inclusive com incentivos fiscais, para que auxiliem no acesso a novos mercados e na promoção do comércio exterior. Ao fustigá-las com legislação restritiva, o Brasil seguiria em sentido contrário, agregando custos de transação a uma atividade empresarial que não se caracteriza pela falta de complexidade.

As observações anteriores não pretendem minimizar a relevância da **reforma tributária**. Há enorme expectativa da sociedade brasileira: espera-se que a simplificação tributária possa trazer eficiência econômica reduzindo a perda de tempo e a insegurança em que o atual modelo tributário é pródigo.

Entretanto, há que cuidar para que equívocos como os citados acima não passem pela revisão, necessariamente acelerada, a ser protagonizada pelo Congresso Nacional. Espera-se que essa revisão seja capaz de manter os princípios constitucionais que vêm sendo insistentemente repetidos nos últimos dias. Espera-se também que algumas regras de bom senso prevaleçam, o que inclui não alterar, no comércio exterior, o que não está quebrado.

Welber Barrai é sócio de Barrai Parente Pinheiro Advogados, Doutor em Direito Internacional (USP)

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187866>

Socorro da União chega a R\$ 50,9 bi

RAFAEL VIGNA rafael.vigna@zerohora.com.br

O governo federal apresentou ontem um conjunto de 12 ações de socorro às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul. Entre as soluções, encaminhadas ao Congresso via medida provisória (MP), estão a antecipação de abono salarial da restituição do imposto de renda (IR), além de pagamentos do Bolsa Família e Auxílio-Gás para 583 mil famílias. Somado a ações que já haviam sido anunciadas, o socorro da União ao Estado chega a R\$ 50,9 bilhões.

Para as empresas, o pacote prevê uma série de possibilidades de crédito, o que será feito por meio de garantias dadas aos bancos via FGO e FGI (fundos garantidores de operações e de investimentos). O plano prevê que as garantias oferecidas pelo governo nos financiamentos possam reduzir taxas de juro praticadas no mercado, ampliando o acesso, sobretudo, às pequenas e médias empresas e também aos agricultores familiares e de menor porte.

Além do anúncio de ontem, um cronograma que envolve o alívio do pagamento da dívida gaúcha à União será apresentado na próxima terça-feira, em Brasília. A meta é permitir que o Estado também tenha fôlego para aportar recursos na reconstrução.

Futuro Durante o detalhamento do pacote, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destacou que os valores envolvidos são parte de um primeiro mapeamento e terão impacto preliminar de R\$ 7,7 bilhões nas contas do governo, mas que não teriam reflexos em programas e políticas de outras unidades da federação.

- Assim que a água baixar, esse sistema tem que estar pronto para ser ativado na ponta, para que o povo gaúcho tenha o atendimento o mais rápido possível. Nós estamos falando aqui na maioria dos valores, em crédito, mas trata-se de uma injeção de recursos da ordem de R\$ 50 bilhões. O que nós estamos fazendo é realmente abrir o caminho para, em cada caso específico, dar um atendimento, às necessidades das empresas ou das famílias envolvidas - afirmou Haddad, que também não descartou novas medidas e ampliação de valores.

As 12 novas medidas

ABONO SALARIAL O pagamento será antecipado para 705 mil trabalhadores com carteira assinada, válido para o mês de maio, com impacto de R\$ 758

milhões.

SEGURO-DESEMPREGO Serão liberadas duas parcelas adicionais do seguro-desemprego para quem já estava recebendo antes da decretação de calamidade. Serão beneficiados 140 mil trabalhadores de maio a outubro, com impacto estimado em quase R\$ 500 milhões.

RESTITUIÇÃO DO IR A Receita Federal dará prioridade à restituição do imposto de renda no RS. Os contribuintes gaúchos, independentemente de terem sido atingidos pelas enchentes ou não, vão receber a restituição entre 30 de maio e 15 de junho. Todos os lotes serão pagos nesse prazo, o que demandaria R\$ 1 bilhão, com base nas 1,6 milhão de declarações enviadas até agora.

BENEFÍCIOS O Bolsa Família e o Auxílio Gás serão pagos no primeiro dia do cronograma. A medida abrange 583 mil famílias, com impacto estimado em R\$ 380 milhões.

PROJETOS DE INFRAESTRUTURA Haverá um aporte de cerca de R\$ 200 milhões a fundo perdido para projetos de infraestrutura e logística, como reconstrução de pontes, viadutos, estradas e outros.

CRÉDITO PARA MUNICÍPIOS Será constituída força-tarefa para acelerar a análise de crédito com aval da União para municípios. Os beneficiários serão 14 prefeituras com operações de crédito já em curso. O impacto é de R\$ 1,8 bilhão.

CRÉDITO VIAFGO Haverá um aporte de R\$ 4,5 bilhões para a concessão de garantias em operações de crédito, via Fundo Garantidor de Operações (FGO), para micro e pequenas empresas. Esse aporte pode, segundo a Fazenda, alavancar pelo menos R\$ 30 bilhões em crédito, a juros abaixo dos de mercado.

CRÉDITO VIA FGI Um segundo aporte previsto no pacote, de R\$ 500 milhões, será feito para concessão de garantias via Fundo Garantidor de Investimentos (FGI) para alavancagem de até R\$ 5 bilhões a serem concedidos a MEIs e micro, pequenas e médias empresas.

PRONAMPE Também serão destinados R\$ 1 bilhão para concessão de desconto em juros de créditos garantidos pelo Programa Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Pronampe) - até o limite de R\$ 2,5 bilhões em créditos concedidos.

TRIBUTOS Será prorrogado por no mínimo três meses o vencimento de **tributos** federais e do Simples Nacional, com impacto de R\$ 4,8 bilhões.

PRONAFE PRONAMP Serão destinados R\$ 1 bilhão para concessão de desconto de juros para empréstimos concedidos via Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf) e Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp). A ideia é que 40% de toda a subvenção de crédito seja destinada ao campo e ao pequeno produtor.

CERTIDÃO NEGATIVA Também foi anunciada a dispensa de certidão negativa de débito para contratações e renegociações de crédito por empresas e produtores rurais junto a instituições financeiras públicas de maio a novembro.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240510>

Governo vai antecipar benefícios a vítimas

O governo federal anunciou ontem um pacote de medidas que deve injetar quase R\$ 50 bilhões na economia do Rio Grande do Sul, estado que enfrenta a maior tragédia de sua história, após ser atingido por chuvas e enchentes nos últimos dias. A antecipação de benefícios, a estruturação de projetos de logística e infraestrutura e, principalmente, o aporte de recursos para alavancar e subvencionar o crédito estão entre as ações.

Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, as medidas e recursos vão beneficiar trabalhadores, beneficiários de programas sociais, estado e municípios, empresas e produtores rurais.

Para o trabalhador assalariado, haverá a antecipação do pagamento do abono salarial para este mês de maio.

Serão R\$ 758 milhões destinados a 705 mil pessoas com carteira assinada.

Também haverá a liberação de duas parcelas adicionais do seguro-desemprego para os desempregados que já estavam recebendo antes da decretação de calamidade, ao final da última parcela.

Serão beneficiados 140 mil trabalhadores formais desempregados e o impacto será de R\$ 495 milhões aos cofres públicos.

A **Receita Federal** também trabalha na priorização do pagamento da restituição do Imposto de Renda para contribuintes do Rio Grande do Sul. O pagamento ocorrerá até junho para 1,6 milhão de pessoas, no valor de R\$ 1 bilhão.

O governo federal antecipará os pagamentos do mês de maio do Bolsa Família e do Auxílio- Gás para 583 mil famílias gaúchas que recebem esses benefícios. O impacto imediato será de 380 milhões.

Em relação a estado e municípios, serão aportados, ao todo, R\$ 200 milhões para que os fundos de estruturação de projetos dos bancos públicos consigam apoiar e financiar projetos de reconstrução de infraestrutura do estado e dos municípios afetados.

O governo federal também anunciou que fará uma força-tarefa para acelerar a análise de crédito com aval da União para municípios do Rio Grande do Sul. São 14 municípios que estão com operações de crédito em andamento, no valor de R\$ 1,8 bilhão,

sendo R\$ 1,5 bilhão em operações externas e R\$ 300 milhões em operações internas.

Para as empresas, haverá o aporte de R\$ 4,5 bilhões no Fundo Garantidor de Operações (FGO) para garantias de crédito no âmbito do Programa Nacional de Apoio a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

Segundo Haddad, os recursos deverão alavancar R\$ 30 bilhões em empréstimos aos empresários.

APOIO ÀS VÍTIMAS Entre medidas estão liberação de abono e parcelas adicionais do seguro-desemprego

PESSOAS JURÍDICAS Empresas devem ter até R\$ 30 bilhões à disposição para fazer empréstimos

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Encargos trabalhistas superam 100% do valor dos salários no País

**DANIEL WETERMAN ALVARO GRIBEL BIANCA LIMA
BRASÍLIA**

Os encargos trabalhistas custeados pelas empresas no Brasil superam os salários pagos a seus empregados. De acordo com estudo do professor titular da USP e pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) José Pastore, o custo chega a 103,7% das remunerações.

O cálculo considera todas as despesas das empresas com obrigações sociais, entre elas, as contribuições para a Previdência, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o salário-educação, além dos desembolsos relacionados ao período em que o empregado não está trabalhando, como férias e 13.º salário.

Para uma indústria contratar um trabalhador com salário de R\$ 2.287 - remuneração média para um profissional com ensino médio completo no setor -, o gasto com encargos é de R\$ 2.371,62.

Pastore observa que praticamente todos os custos são fixos e compulsórios. Na prática, os encargos representam um bloqueio à expansão do emprego formal e ao aumento de salários, além de um estímulo ao emprego informal. "O Brasil fica, assim, numa situação em que os trabalhadores ganham pouco e custam muito." Considerando apenas os **impostos** sobre salários e contribuições à **seguridade social**, a tributação no Brasil está perto da carga máxima cobrada em países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), conforme levantamento do Estadão com dados de 42 nações divulgados pela instituição.

COMPARAÇÃO. As empresas brasileiras pagam 25,8% de **impostos** sobre os salários dos empregados e contribuições à **seguridade social**, de acordo com a organização. Em uma relação de 42 membros da OCDE e economias parceiras, a tributação fica atrás apenas da vigente na França e bate outros países ricos.

É como se o Brasil cobrasse o mesmo nível ou até mais **impostos** do que países com renda mais alta e com maior produtividade.

Para especialistas, uma tributação alta limita a criação

de empregos formais e é uma das explicações para o nível de informalidade dos empregados e para o fenômeno conhecido como "pejotização" (contratação de serviços sem vínculo empregatício).

A comparação foi feita com números de 2019, último ano em que a OCDE publicou dados sobre o Brasil. Os índices mais recentes, divulgados em 2023 e restritos a membros da organização, têm variações menores que um ponto porcentual e não alteram o cenário. O número não inclui tributação sobre a renda, **impostos** pagos diretamente pelo trabalhador e encargos sobre férias e 13.º salário.

Em comparação ao salário médio dos trabalhadores, o que se paga no Brasil na forma de **impostos** sobre a remuneração e as contribuições à **seguridade social** (25,8%) fica acima da média dos países que integram a OCDE (13,8%) e de nações ricas como Alemanha (16,5%), Reino Unido (9,8%), EUA (7,6%), além de países como China (22,1%) e México (10,4%). Alguns países, como Nova Zelândia e Chile, não cobram **impostos** sobre a folha; focam na cobrança de **tributos** sobre a renda do trabalhador.

Carga pesada Para um trabalhador que ganha salário de R\$ 2.287, o gasto da empresa com encargos é de R\$ 2.371,62

4 perguntas para...

ROBSON GONÇALVES, Professor da Fundação Getúlio Vargas

Como o sr. caracteriza o Brasil na tributação sobre os salários?

Somos campeões de oneração sobre a folha. A contribuição patronal de 20% para a Previdência faz com que a carga tributária sobre a folha se aproxime de 55% a 60%, a depender de alguns itens. Se pegar os países da OCDE, a média é 34,6% (incluindo Imposto de Renda, **impostos** pagos pelas empresas e pelos empregados).

Aqui no Brasil, temos 13.º salário, que não é tributo, não é contribuição social, mas é encargo sobre a folha. A maioria dos países não pratica isso. Nós temos algumas empresas que são obrigadas a fazer seguro de trabalho, isso dá mais 3%, algumas que são

obrigadas a fazer seguro de acidentes de trabalho, mais 3%.

Temos contribuições para o Sistema S, salário-educação.

Se considerar tudo isso, chegamos a uma tributação de 55% a 60%.

Qual é o efeito disso para a empregabilidade e a produtividade?

Esse é um dos três vetores do custo Brasil. O primeiro é a infraestrutura inadequada.

O segundo eixo é a burocracia.

E o terceiro eixo é a oneração da folha. Produzir e empregar no Brasil é caro, e não deveria ser. A gente deveria ter uma oneração sobre o consumo e a renda, não sobre produção e geração de emprego. Algumas pessoas vão dizer que na Alemanha os encargos são de quase 50%. Na França, a mesma coisa, mas nesses países temos a questão populacional, uma população envelhecendo e vivendo muito, é um drama previdenciário que existe lá. No caso do Brasil, não temos população que vive tanto e nem tão idosa, e ainda assim o País onera muito a folha. No Chile, a contribuição sobre a folha é de 7%.

No México, que é bem comparável, é da ordem de 20%.

Na Índia, não chega a 4%.

Qual é o risco da reoneração da folha salarial?

O grande risco, quando se onera demais a folha, é precarizar ainda mais as relações de trabalho no Brasil.

É sonegar, não registrando em carteira, e não tendo como fazer todos esses recolhimentos.

Se disser que no Brasil a informalidade e a sonegação não são uma ameaça, você está vivendo em outro planeta. A reoneração pode pressionar algumas empresas a ter conduta de fugir dessa oneração por meio da informalidade. No mundo inteiro, uma carga tributária excessiva induz à sonegação.

E qual a receita para elevar a produtividade?

Passa pela educação da mão de obra, nossos baixíssimos índices de educação batem aqui. Temos índices vergonhosos que resultam em analfabetismo funcional, não tem como um trabalhador operar uma máquina nem de comando numérico, que é do século

passado.

Também é preciso reduzir o déficit de infraestrutura no Brasil e reduzir a burocracia.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Mercadante defende aportes do Tesouro devido a perdas com FAT

VINÍCIUS NEDER vinicius.neder@oglobo.com.br

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, exortou ontem o Tesouro Nacional a cobrir eventuais perdas da instituição de fomento em relação aos recursos que tem a receber do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O FAT é a principal fonte de recursos do banco desde a Constituição de 1988. Uma alteração promovida pela Reforma da Previdência, em 2019, reduziu o montante que cabe ao BNDES e colocou o **INSS** no rol de itens financiados pelo fundo, concorrendo com o banco pelos recursos.

Como mostrou O GLOBO esta semana, o BNDES quer, com apoio do Ministério do Trabalho e Emprego, convencer o Palácio do Planalto a patrocinar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para reverter a inclusão do **INSS** no rol de despesas financiadas pelo FAT.

AMPLIAR RECURSOS

Ontem, Mercadante afirmou que uma PEC poderá não ser necessária, se o Tesouro cobrir os valores: - O ideal seria uma mudança constitucional, mas não é a única possibilidade. O Tesouro pode, por exemplo, cobrir eventual perda que o BNDES venha a ter em relação a devoluções ao FAT. Não tem incidência sobre o superávit primário, é uma operação financeira. Isso só está na pauta a partir de 2026.

Mercadante evitou responder se, sem as mudanças no FAT, seria possível cumprir as projeções de desembolsos para este ano, entre R\$ 130 bilhões e R\$ 160 bilhões, o que representaria um avanço de pelo menos 13% sobre o ano passado. Em 2023, o banco de fomento liberou em torno de R\$ 115 bilhões.

Por outro lado, o presidente do BNDES ressaltou uma série de medidas que têm sido tomadas para ampliar as fontes de recursos da instituição de fomento.

Entre elas estão o aporte de cerca de R\$ 10 bilhões no Fundo Clima, com recursos oriundos de "títulos verdes" emitidos pelo Tesouro no exterior; a captação de valores junto a instituições multilaterais, que foi de US\$ 3,2 bilhões em 2023 e tem mais US\$ 4,6 bilhões a entrar entre este ano e 2025; e a proposta de criação

das LCD, um título específico de renda fixa para bancos de desenvolvimento captarem no mercado.

DESEMBOLSOS CRESCEM 22%

Ao anunciar os resultados financeiros, o BNDES informou ter registrado um lucro líquido recorrente de R\$ 2,7 bilhões no primeiro trimestre, salto de 59% perante os três primeiros meses de 2023. Já o lucro contábil, engordado, principalmente, por dividendos da Petrobras e recuperações de crédito, foi de R\$ 5,2 bilhões, 25% acima do registrado no mesmo período do ano passado.

O BNDES também confirmou um salto de 22% nos desembolsos para financiamentos ativos, na comparação do primeiro trimestre com igual período de 2023. O crescimento já havia sido informado publicamente por Mercadante.

Nos três primeiros meses deste ano, o banco liberou R\$ 23,3 bilhões -em termos reais, descontada a **inflação**, o crescimento em relação a 2023 foi de 17,2%. Este foi o melhor desempenho para primeiros trimestres desde 2016, quando o BNDES liberou R\$ 27 bilhões, em valores atualizados pela **inflação**.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"Bets": parlamentares derrubam veto de Lula

LAURIBERTO POMPEU E VICTORIA ABEL
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

O Congresso decidiu derrubar ontem veto feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na lei que regulamenta e prevê uma taxaço sobre as apostas on-line, o que inclui jogos virtuais esportivos e não esportivos.

O presidente havia decidido, a pedido do Ministério da Fazenda, vetar a isenço da cobrança de Imposto de Renda para ganhos que representassem menos de R\$ 2.112. Com a decisáo do Legislativo, a isenço foi retomada.

Nesta semana, o governo já havia recuado e editado portaria que fixava a isenço para ganhos de até R\$ 2,2 mil, mas a legislaço aprovada pelo Congresso dá mais segurana jurídica.

Pela lei, as empresas de apostas ou bets serão taxadas em 12% sobre suas receitas, já os ganhadores serão tributados em 15% sobre seus prêmios. As companhias de sites que quiserem se regularizar precisaráo pagar uma outorga de R\$ 30 milhões, que valerá por cinco anos.

O valor somado de prêmios a ser tributado será apurado anualmente, ao fim de cada ano fiscal, com a compensaço entre ganhos e perdas.

A inclusáo dos cassinos online não estava prevista no projeto original, mas foi incluída pela Câmara. Por conta da resistênica da bancada evangélica, o trecho chegou a ser suprimido no Senado, mas voltou após passar por uma nova votaço dos deputados. Hoje, os cassinos são proibidos na modalidade presencial.

Pelos cálculos do governo, a taxaço vai render R\$ 12 bilhões aos cofres públicos.

O imposto de 12% será distribuído para as áreas da educaço, segurana pública, esporte, **seguridade social**, turismo e saúde. As apostas esportivas on-line são legalizadas no Brasil desde 2018, após o Congresso aprovar uma medida provisória editada pelo então presidente Michel **Temer**. A atividade, no entanto, não havia sido regulamentada ainda.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Folha de pagamento de 17 setores será reonerada a partir de 2025

SALÁRIOS

Após um acordo entre o governo, o Congresso Nacional e representantes de 17 setores da economia, a folha de pagamento para essas atividades continuará desonerada neste ano, mas haverá alíquotas gradualmente recompostas entre 2025 e 2028. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (foto), detalhou o fechamento do acordo após reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e o líder do Governo do Senado, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP).

"Isso é importante porque vamos dar respaldo a uma receita da Previdência, e é da lógica da reforma da Previdência o equilíbrio das contas", disse Haddad no Senado.

Em vigor desde 2012, a desoneração da folha de salários permite que as empresas dos setores beneficiados contribuam menos para a **Previdência Social** e, em tese, contratem mais trabalhadores.

Site: <https://d24am.com/wp-content/uploads/2024/05/ae76a0e1c6416b5f66e000f45d3c90d7e2e774d4bb466dd9e441bc9fc27cd951.pdf>

Greve geral contra ajuste de Milei deixa ruas de Buenos Aires desertas

I COLABOROU CAROLINA MARINS

Os maiores sindicatos da Argentina lançaram um de seus mais ferozes desafios ao governo do presidente Javier Milei, organizando uma greve geral em massa. O protesto causou o cancelamento de centenas de voos e paralisou as principais linhas de ônibus, trens e metrô, deixando avenidas e ruas de Buenos Aires completamente vazias, com o comércio aberto, mas sem clientes.

O maior sindicato da Argentina, a CGT, disse que a greve era "em defesa da democracia, dos direitos trabalhistas e de um salário digno". Os sindicatos lideraram a resistência às políticas de Milei nas ruas e nos tribunais nos últimos meses, apoiados pelos partidos peronistas de esquerda.

A greve de 24 horas contra as medidas de austeridade e desregulamentação de Milei ameaçava paralisar completamente o país de 46 milhões de habitantes, uma vez que bancos, empresas e agências estatais também aderiram ao protesto.

Os coletores de lixo cruzaram os braços, assim como os profissionais de saúde, exceto os que atuavam em salas de emergência. Diferentemente de outras greves, não ocorreram mobilizações em Buenos Aires. No entanto, em províncias como Córdoba, Río Negro e Chubut, grupos de grevistas marcharam com palavras de ordem contra o governo.

DIVISÕES. Protestos ocorreram durante quase todos os dias desta semana, cada dia abrangendo uma categoria diferente.

Na segunda-feira, sindicatos dos transportes públicos terrestres, aéreos e marítimos protestaram contra a reforma trabalhista. Na terça-feira, a mobilização foi para exigir aumentos na ajuda às cozinhas populares, afetadas pelo corte de recursos e por uma auditoria do governo.

A manifestação de ontem marcou a segunda greve sindical nacional desde que Milei chegou ao poder, em dezembro, cortando gastos, demitindo funcionários públicos e congelando todas as obras em uma tentativa de resgatar a Argentina de sua pior crise financeira em duas décadas. Ele também desvalorizou a moeda, estabilizando o peso, o que fez com que a

inflação subisse para aproximadamente 300%, a mais alta do mundo.

APROVAÇÃO. A escalada ocorre uma semana depois que Milei obteve sua primeira vitória legislativa, fazendo com que o projeto de lei no centro de sua reforma econômica fosse aprovado na câmara baixa do Congresso, depois de ter sido forçado a retirar uma versão mais abrangente no início deste ano. O projeto de reforma está sendo debatido no Senado, dominado pela oposição.

Se de um lado Milei acumula boas notícias na área econômica, com o primeiro trimestre de superávit da Argentina em 16 anos, por outro, o país assistiu a um aumento exponencial da pobreza, para cifras maiores que as da época da pandemia - a taxa de pobreza atingiu 57,4%, mais alta em 20 anos, segundo o Observatório da Dívida Social, da Pontifícia Universidade Católica Argentina.

É esse avanço da pobreza - em conjunto com a política de demissões, cortes de repasse às províncias, congelamento de salários e uma recessão proposital que tem derrubado o consumo e a produção - que impulsiona manifestações quase semanais na Argentina.

Aprovação

Reforma aprovada pelos

deputados está sendo

debatida no Senado,

dominado pela oposição

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Desoneração: governo e Congresso fecham acordo

VICTORIA ABEL, LETYCIA CARDOSO E LUANA REIS
economiaictoglobo.com.br BRASÍLIA E RIO

O governo Lula e o Congresso Nacional fecharam acordo sobre o modelo de re-oneração gradual da folha de pagamento dos 17 setores da economia intensivos em mão de obra. Esse entendimento foi confirmado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao lado do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

A desoneração alcança setores que empregam mais de 9 milhões de pessoas. Entidades empresariais e sindicatos ressaltam que é importante para a geração e manutenção de emprego e renda. Esse modelo permite que empresas substituam a contribuição previdenciária, de 20% sobre os salários, por uma alíquota sobre a receita bruta do empreendimento - que varia de 1% a 4,5%, de acordo com o setor.

O acordo prevê que a contribuição continuará este ano sobre o faturamento. A partir de 2025, haverá aumento progressivo da cobrança sobre a folha, começando em 5%, que será acompanhado da redução gradual do tributo sobre o faturamento, de forma a equalizar a carga tributária.

-(Em) 2024 se mantém como está a desoneração da folha. A partir de 2025, reconhecendo a inconstitucionalidade, estabelecendo a reoneração, 5% no primeiro ano, 10% no segundo ano. A partir do momento que vai onerar a folha, vai desonerar pelo faturamento na mesma proporção. Para o mês de maio, nada muda, se recolhe em cima do faturamento - explicou o presidente do Senado.

13° SALÁRIO DESONERADO

O acordo será entregue ao Supremo Tribunal Federal (STF), que deverá homologar a proposta até dia 20, de acordo com Haddad. Essa data é importante porque, se não houvesse mudança até lá, as empresas precisariam pagar 20% sobre a folha. No mês passado, o ministro Cristiano Zanin, do STF, suspendeu a desoneração. Por isso, caberá a ele homologar o acordo.

Haddad disse que enviará ao Congresso, em seguida, um projeto com a estimativa de impacto fiscal da proposta e possível compensação: -Vamos ingressar

com um pedido de remodelação da liminar (no STF). A Fazenda vai ter que encontrar uma compensação para isso, de acordo com a lei de responsabilidade. Estamos assumindo a responsabilidade desse encaminhamento, a bola está conosco para, após a homologação e fixados os cálculos, encaminharmos essa compensação.

O ministro explicou ainda que o décimo terceiro salário permanecerá desonerado até 2027, conforme pedido das empresas.

- Estamos buscando uma convergência do Executivo com o Legislativo, a partir de uma premissa fundamental, que é da maturidade política e do diálogo como solução dos problemas - disse Pacheco.

O acordo com os municípios para a manutenção da desoneração não foi fechado e será debatido na semana que vem no Senado, com a presença de representantes dos prefeitos, além do ministro.

Haddad se comprometeu a enviar uma proposta de **reforma tributária** da folha de pagamentos, assim como do Imposto de Renda, logo depois da segunda parte da regulamentação da reforma do consumo chegar ao Congresso: -Nós, a partir do momento que encaminharmos para cá a segunda lei complementar, referente ao imposto sobre consumo, vamos nos dedicar à reforma da renda e da folha de pagamento. Esse tipo de imposto precisa ser reformado. Se formos perseverantes, teremos antes de 2027 a aprovação de um substitutivo, algo que faça mais sentido que o atual modelo. Tenho segurança em afirmar que 2025 será o de deliberar uma alternativa para isso (reforma da folha de pagamento).

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, Fernando Pimentel, considera a proposta positiva diante do imbróglio que o assunto havia se tornado. A estratégia de retornar com as cobranças paulatinamente, em sua visão, é um caminho do meio que resolve o problema no curto prazo: -Valeu o debate e a solução nesse contexto, porque elimina a imprevisibilidade que estávamos vivendo. Mas precisa- mos diminuir o custo do trabalho formal. Temos um contingente enorme de pessoas na informalidade e novas formas de trabalho. Certamente não será aumentando o custo do emprego formal que iremos gerar novas vagas.

REPROGRAMAÇÃO

Vivien Suruagy, presidente da Feninfra (federação de call center, instalação e manutenção de infraestrutura de redes), diz que é preciso uma análise mais profunda para cravar qual o efeito da proposta nos próximos anos: -A decisão traz tranquilidade, já estávamos contando com a certeza de demissão no nosso setor. Com esse fôlego nesse ano, agora estamos nos reprogramando.

Marcos Bicalho dos Santos, diretor de Gestão da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, considera o acordo um meio termo: - Esse processo de transição é melhor do que a decisão radical, mas terá reflexos na tarifa pública. Não tem outra forma de resolver.

Ricardo Santin, presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal, diz que a mudança do que é feito hoje pode elevar custos e preços: -Gostaríamos que ficasse como está, mas estamos dispostos a conversar com o governo. De qualquer forma, vamos cumprir a lei.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

A reforma tributária e a tragédia no Rio Grande do Sul (Artigo)

Dr. Ivo Ricardo Lozekam

A tragédia que atingiu o Estado do Rio Grande do Sul traz à tona uma discussão sobre federalismo fiscal, a insatisfação com o setor público, **impostos** e retorno. O questionamento é sobre o bom uso de recursos públicos, pois no caso do RS, quem efetuou a maioria dos resgates foi a iniciativa privada, populares com suas embarcações, muitas vezes sem remo, e empresários que cederam suas aeronaves.

Assim como os donativos e contribuições, água e material de higiene para socorrer os desabrigados que mais uma vez a iniciativa privada conseguiu prover em tempo hábil.

Precisamos atualizar nossa infraestrutura de estradas, pontes, barragens, reavaliar o que está construído, pois as mudanças climáticas tendem a trazer mais eventos.

É hora de discutir isso e o momento é a **reforma tributária** no que diz respeito a arrecadação e distribuição de recursos. Quais são nossas prioridades? Vamos adotar o modelo centralizador de arrecadação que está proposto?

A **reforma tributária** não vai resolver os problemas do Brasil. Tributo é mera consequência do faturamento como sabemos. O que resolve os problemas é trabalho e investimento. Mas como criar isso com a **reforma tributária**? Vejamos alguns pontos do projeto:

Simplificação - Se o grande objetivo é simplificar, o Artigo 28 do PLP 68/2024, estabelece que o contribuinte do IBS e CBS poderá tomar crédito desses **tributos** "quando ocorrer o pagamento dos valores do IBS e CBS", incidentes sobre as operações nas quais seja adqui-rente.

Já o § 2º do Art. 27 estabelece que os valores dos créditos do IBS e da CBS apropriados corresponderão aos valores efetivamente pagos em relação a aquisição. Temos uma novidade aqui, que esperamos não traga burocracia para o contribuinte, e possa ser resolvida pelo sistema automaticamente.

Aumento de carga no agronegócio - O ANEXO X do PLP 68/24 prevê uma redução de 60% da alíquota

base para o setor de insumos que compreende os adubos, rações, defensivos, entre outros. O que equivale a uma carga tributária de 10,6% (26,5% da alíquota base x 40%), atualmente estes insumos possuem carga neutra, sendo isentos de ICMS e Pis e Cofins.

As colheitadeiras, tratores e máquinas agrícolas não estão contempladas com a redução que atualmente possuem no ICMS, com uma alíquota efetiva atual de 7%. Ao não estar contemplada, fica sujeita a partir da reforma a uma alíquota de 26,5%. É preciso rever este aspecto na discussão no congresso.

Apuração do imposto - O IBS E CBS deverão ter apurações separadas, bem como os créditos de um imposto não servirão para compensar o outro.

No caso de ressarcimento também serão dois processos, sendo um junto a RFB para os créditos do CBS e outro junto ao Comitê Gestor para os créditos do IBS. (§ 3º do Art. 53 PLP 68/24.)

Créditos e ressarcimento - Os prazos para apreciação do ressarcimento serão de 60 dias. (inciso I do Art. 54). Hoje são automáticos através da escrita fiscal.

Os demais créditos serão apreciados em até 270 dias (inciso II § 4º Art.53), já o § 8º estabelece o prazo de 360 dias para fiscalização, somando 630 dias até o deferimento, que devesse ocorrer em 15 dias após este prazo (inciso II do § 7º)

Está previsto também o recolhimento na liquidação financeira da operação, o chamado SplytPayment, o Art. 51 estabelece que os prestadores de serviço deverão segregar e recolher aos cofres públicos no momento da liquidação os valores do IBS e CBS. Sendo que nos casos onde não for possível, este recolhimento ficará obrigatoriamente a cargo do adquirente do serviço, no ato do pagamento.

Comitê gestor - A discussão sobre o federalismo fica por conta da criação do comitê gestor. Atualmente os municípios possuem gerência sobre a sua arrecadação do ISS e o Estados tem gerência sobre sua arrecadação de ICMS. A reforma prevê que esta arrecadação passe a ser centralizada por comitê gestor a ser criado, o qual fará a distribuição posteriormente aos municípios e entes federados.

Ponto de atenção - A tragédia do RS, além da dor da perda que toma conta da nação, coloca traz uma luz sobre esta discussão, pois o RS é o quarto **PIB** do Brasil, e precisa o Estado solicitar PIX para auxiliar o Estado. O ideal seria o Estado ter estes recursos em caixa para fazer frente a reconstrução que precisará ser feita e socorrer a população, o que está sendo feito pela iniciativa privada, através de doações.

Será que centralizar a arrecadação dos **impostos** de todo o Brasil em um comitê em Brasília será a solução. Será que não deveria ser o contrário, o que é gerado em cada Estado nele ficar e sim criar um fundo para auxiliar os menos favorecidos, com foco na geração de empregos para diminuir a dependência do bolsa família. Fica o ponto de atenção, vamos participar da discussão da **reforma tributária**, é o momento, pois o assunto está em pauta no Congresso Nacional.

* Dr. Ivo Ricardo Lozekam, Tributarista, Contador e Advogado, Articulista de Diversas Publicações, destacando-se a Revista Brasileira de Estudos Tributários; Repertório de Jurisprudência IOB; Coluna Checkpoint da Thomson Reuters; Associado ao IBPT - Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação; e Associado da APET - Associação Paulista de Estudos Tributários

Os benefícios fiscais de ICMS e o ressarcimento constitucional

Com o desfecho da etapa constitucional da **reforma tributária** no ano passado (Emenda Constitucional 132/2023), a Câmara iniciará agora uma fase crítica de análise e aprovação do projeto de lei complementar (PLP 68/2024) encaminhado pelo governo que regulamenta os termos do novo sistema. Os inúmeros detalhes desse projeto, com aproximadamente 500 artigos , serão determinantes para cumprir o objetivo de tornar a tributação sobre o consumo mais simples, objetiva e justa.

Um dos principais aspectos introduzidos pela reforma foi a mudança no critério espacial de incidência dos **tributos**: sai a lógica da tributação na origem (regra atual do ICMS, por exemplo) e entra a do destino.

Essa estrutura de tributação atual, que privilegia a tributação no estado produtor (origem), além de não colaborar com o desenvolvimento de uma cidadania fiscal, fomentou a famigerada "guerra fiscal", com a concessão de benefícios fiscais de ICMS muitas vezes inconstitucionais e que, ao fim e ao cabo, inviabilizaram fiscalmente os entes concedentes de tais benesses. Andou bem, portanto, o legislador constitucional ao alterar essa lógica.

O precipício fiscal criado por essa situação belicosa, contudo, já tinha sido antevisto pelos estados e, diante da insustentabilidade do conflito permanente, após longo debate, as discussões foram parcialmente resolvidas com a edição da Lei Complementar 160/2017: ela convalidou os benefícios fiscais até então tidos como inconstitucionais e garantiu sua manutenção até 2033, resguardando o direito dos contribuintes -o marisco entre o mar e o rochedo- que, de boa-fé, promoveram investimentos relevantes para transferir suas operações a determinado estado.

Ocorre que a reforma, ao prever início da transição dos **impostos** estaduais a partir de 2029, limitou essa compensação prevista na Lei Complementar 160/2017, motivo pelo qual, igualmente preocupada com os contribuintes, previu-se a criação de um Fundo, a ser mantido pela União Federal, para compensar as empresas que perderão antecipadamente seus benefícios.

Os requisitos iniciais para o acesso ao fundo foram previstos na própria Constituição Federal: necessidade de que o benefício houvesse sido concedido por prazo

certo e mediante condição, ou que houvesse sido homologado pela LC 160/17. Mais detalhes para acesso aos recursos do fundo, contudo, só foram divulgados agora, com a disponibilização do PLP 68/2024.

É natural e bem-vinda a regulamentação ao acesso a tais recursos, especialmente para evitar que caiam em mãos indevidas. Contudo, o pretexto de regulamentar não pode ser utilizado para fulminar o direito dos contribuintes. E, por isso, algumas críticas devem ser feitas para melhorar esse importante mecanismo durante os debates do PLP no Congresso Nacional.

A primeira delas diz respeito a um conceito restritivo do que seriam admitidas como exigências para que determinado benefício fosse considerado "condicionado". O projeto restringe as contrapartidas a (i) implementação ou expansão de empreendimento econômico vinculados a processos de transformação ou industrialização que agreguem valor; (ii) geração de novos empregos ou (iii) limitação do preço de venda ou restrição de contratação a fornecedores determinado. Salvo tais disposições, nenhuma outra contrapartida será considerada e mesmo exigências de contribuições a fundos estaduais vinculados a benefícios de ICMS não serão admitidas como condições.

Há também uma restrição temporal do direito de pleitear a compensação, que se extingue com um ano do prazo da transmissão da escrituração fiscal. O prazo parece extremamente exíguo, em especial consideradas as dificuldades no cálculo dos prejuízos com o fim dos benefícios fiscais. Além disso, o período não guarda relação com nenhum outro prazo processual ou tributário, parecendo ser propositalmente curto apenas para limitar o acesso ao pagamento.

Por outro lado, o prazo concedido à União para pagamentos é extremamente generoso. Após o pedido, a autorização para pagamento da compensação ao contribuinte se dará em 90 dias e a entrega dos benefícios em mais 60 dias. Há ainda uma regra excepcional, que estabelece um "limite tolerável de risco" que, quando atingido, implicará revisão automática e prazo ainda maior que os 150 dias no pagamento ao contribuinte.

Caso o prazo de 150 dias seja ultrapassado, incidirá Selic e juros de 1%. Ou seja, um benefício estadual que seria usufruído imediatamente agora demorará 5 meses para ser compensado pelo Fundo, sem qualquer atualização ou correção nesse período.

E não há qualquer sanção para eventual inadimplemento pela União. Veja-se que o Fundo de Compensação não é regido pelo Comitê Gestor do IBS, o qual, segundo Bernard Appy, fará ressarcimentos de créditos automaticamente. Cuidasse, aqui, de um valor a ser exigido da União, cujo histórico de inadimplência não lhe favorece -basta lembrar da PEC dos Precatórios .

No mínimo, deveria ser prevista uma regra de possibilidade de cessão de créditos, que permita ao contribuinte monetizar tais valores de forma célere, caso haja inadimplência pela União. Porém essa prerrogativa foi vetada no projeto do governo.

A proposta de regulamentação merece cuidadosa análise pelo Poder Legislativo, que deve resguardar o direito dos contribuintes já reconhecido pelo Legislador infraconstitucional ao editar a LC 160/2017 e o constitucional, ao prever a criação desse fundo de ressarcimento na EC 132/2023. O tema é bastante técnico, mas o Legislativo vem se provando um importante aliado no combate às ilegalidades tributárias e esperamos que assim prossiga, mantendo a defesa dos direitos dos contribuintes na **reforma tributária**.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Os benefícios fiscais de ICMS e o ressarcimento constitucional

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2024/05/os-beneficios-fiscais-de-icms-e-o-ressarcimento-constitucional.shtml>

Plano federal prevê injetar R\$ 51 bi na economia do RS

Estevão Taiar, Renan Truffi e Mariana Assis

O governo federal anunciou ontem 12 medidas que poderão injetar R\$ 50,9 bilhões na economia do Rio Grande do Sul, em frentes como concessão de crédito, antecipação de benefícios sociais e postergação de pagamentos. A estimativa é que elas alcancem 3,5 milhões de pessoas físicas e centenas de milhares de empresas, além de produtores rurais e municípios.

A equipe econômica afirma que o impacto sobre o resultado primário do governo central será de aproximadamente R\$ 7,7 bilhões, seguindo as regras que o decreto de calamidade estabeleceu para as contas públicas da União. Isso significa que os recursos serão excluídos tanto da meta de resultado primário quanto do limite de gastos estabelecido pelo arcabouço fiscal. As propostas serão implantadas por meio de medida provisória (MP), com previsão de publicação para ontem.

Para a semana que vem, estão previstos dois novos anúncios: um sobre a dívida do Rio Grande do Sul com o governo federal, na segunda-feira, e outro envolvendo demais medidas voltadas para pessoas físicas, na terça-feira. O Estado sofreu com fortes chuvas na semana passada, que deixaram pelo menos 107 mortos e mais de 300 mil pessoas desabrigadas ou desalojadas.

As medidas de ontem foram anunciadas em cerimônia no Palácio do Planalto, que contou com a presença dos presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, além de ministros do governo federal.

"A gente nunca tem todo o dinheiro do mundo", disse Lula em seu discurso. "Mas já disse três vezes: não faltará esforço deste governo. Vamos tentar cavucar dinheiro. Se a gente cavucar, vai encontrar os recursos necessários."

A maior parte do impacto financeiro de R\$ 50 bilhões virá de um aporte do governo federal no Fundo Garantidor de Operações (FGO) do Programa Nacional de Apoio a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). A estimativa é que o aporte, de R\$ 5,5 bilhões, seja suficiente para alavancar R\$ 30 bilhões em empréstimos para essas

companhias.

Outras medidas com impactos financeiros relevantes envolvem aportes de: R\$ 500 milhões no Fundo Garantidor de Investimentos (FGI), que permitirá R\$ 5 bilhões em empréstimos por meio do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (Peac), com taxa média de juros de 1,75% ao mês; R\$ 1 bilhão para a diminuição dos juros cobrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

Também foram anunciadas medidas voltadas para pessoas físicas, como a antecipação de pagamentos tanto de programas sociais, a exemplo de Bolsa Família e Auxílio-Gás, quanto da restituição do Imposto de Renda (IR). Já municípios e o próprio governo estadual terão acesso a um fundo de estruturação de projetos realizados por bancos públicos, no qual o governo federal aportará R\$ 200 milhões, para a reconstrução de infraestrutura.

Responsável por apresentar as medidas, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que os montantes anunciados até aqui são "satisfatórios". Mas garantiu que, se necessário, poderão ser adotadas medidas adicionais. Ele afirmou que tem conversado com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, para que o apoio ao Rio Grande do Sul seja realizado usando "contabilidade bem firme" e "transparência".

Questionado sobre a implantação de um novo Auxílio Emergencial nos moldes do adotado na pandemia, Haddad não descartou a possibilidade, afirmando apenas que o governo federal está "trabalhando" em novidades para serem apresentadas na semana que vem.

Na abertura de seu discurso, Lula destacou que ontem "foram anunciadas as primeiras medidas de crédito" e que o ciclo de anúncios "não termina aqui". O presidente tem chamado atenção nos últimos dias para a necessidade de as pessoas físicas afetadas pelas enchentes terem novamente condições de adquirir eletrodomésticos, por exemplo. Em entrevista coletiva após a cerimônia, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou apenas que o governo vem trabalhando para que novas medidas sejam apresentadas.

A respeito do tratamento da dívida do Rio Grande do Sul com o governo federal, Haddad afirmou que há apenas "detalhes formais que precisamos dirimir" envolvendo Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e que "a parte material está equacionada". O ministro não informou se a proposta envolve a suspensão da dívida. A expectativa é que o projeto de lei que trata do tema seja apresentado na segunda-feira com o governador gaúcho, Eduardo Leite (PSDB), no Palácio do Planalto.

Segundo Haddad, montantes anunciados até aqui são "satisfatórios"

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187866?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187866?page=1§ion=1)**

Tribunais afastam tributação sobre benefícios fiscais

Marcela Villar De São Paulo

Contribuintes estão obtendo, em segunda instância, o direito de não submeter benefícios fiscais de ICMS à tributação, afastando a aplicação da Lei das Subvenções (nº 14.789/2023) - uma das apostas do Ministério da Fazenda para cumprir as metas fiscais deste ano. Pelos menos seis liminares foram concedidas recentemente por desembargadores do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), com sede em Recife, e do TRF-3, com sede em São Paulo.

Todos os casos tratam de crédito presumido de ICMS, por haver, segundo advogados, forte precedente no Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra a tributação. (EREsp 1517492/PR). Só há diferença, nas liminares, em relação aos **tributos** envolvidos.

Os mandados de segurança julgados pelo TRF-5 excluem as subvenções das bases de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da CSLL e do PIS e da Cofins. Beneficiam a produtora de cachaça Pitú, a multinacional de alimentos Mondelez, a fabricante de embalagens plásticas Ruplast e a Cristal Distribuidora. Já em São Paulo, as decisões se referem apenas ao PIS e à Cofins e favorecem a Predilecta Alimentos e a produtora de queijos Gvinah.

No caso da Pitú, a liminar a livra de pagar mensalmente R\$ 245 mil de IRPJ e CSLL, sobre os R\$ 722 mil que recebe de crédito presumido do governo estadual pelo Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (Prodepe) - que para indústrias dá até 95% de crédito sobre o ICMS devido.

As empresas têm conseguido convencer desembargadores com a argumentação de que a jurisprudência do STJ é "pacífica" pela impossibilidade de tributação, pelo governo federal, do crédito presumido concedido pelo Estado - que é uma renúncia de arrecadação -por violar o pacto federativo, imunidade recíproca e desvirtuar o conceito de renda.

Contribuintes alegam ainda ser inconstitucional a nova legislação oriunda da Medida Provisória nº 1185/2023 "que a pretexto de instituir novo regime de tributação das subvenções, alterou base de cálculo de **tributos** e dispôs sobre conflito de competência, temas reservados à lei complementar". O argumento é de que a nova lei não muda o fundamento do que foi decidido

pelo STJ no Tema 1182.

Isso foi expressamente reconhecido pelo desembargador Leonardo Resende Martins, do TRF-5, no caso da Ruplast. "O principal fundamento do STJ para afastar os créditos presumidos de ICMS da tributação federal em análise consistiu na impossibilidade de a União interferir na política fiscal adotada pelo Estado-membro, sob pena de ofensa ao princípio federativo e à segurança jurídica. Tal realidade não restou alterada diante do advento da Lei nº 14.789/2023, que não poderia ir de encontro a esses princípios", afirma (processo nº 0804556-93.2024.4.05.0000).

O mesmo entendimento foi adotado pelo desembargador Paulo Roberto de Oliveira Lima, também do TRF-5. Para ele, o crédito presumido é uma "redução de custos", não receita ou faturamento. Por isso, não deve compor a base de cálculo dos **tributos** federais. Ele acrescenta que a União quer tomar para si um capital que é renunciado do Estado "em favor do contribuinte como instrumento de política de desenvolvimento econômico" (processo nº 0803817-23.2024.4.05.0000).

Para o tributarista Fernando Andrade, sócio do Severien Andrade Advogados, que defendeu a Ruplast, a nova legislação em vigor desde janeiro afronta o pacto federativo de forma mais agressiva que a anterior, a Lei nº 12.973/2014. "Antes, existia a previsão de não tributação, mas condicionada a determinados requisitos, que o próprio STJ afastou. Agora estamos em um cenário em que necessariamente é preciso que o benefício seja tributado. É muito evidente que o pacto federativo está sendo violado de forma mais gravosa", diz ele, que tem cerca de 30 ações sobre o tema.

Assim como outros escritórios, Andrade entrou com duas ações diferentes por estratégia - uma sobre PIS e Cofins e outra sobre IRPJ e CSLL "A questão das contribuições tem repercussão geral conhecida pelo Supremo e o julgamento já foi iniciado. Existe um receio que a discussão, embora semelhante, se aplique de forma desfavorável para ambos", completa, citando o Tema 843, pendente de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A advogada Catarina Fonte, sócia do Di Cavalcanti

Advogados Associados, que conseguiu a liminar em favor da Pitú, recomenda que as em- presas entrem com ações para se proteger. "Todo mundo está discutindo esse tema e se a empresa ficar de fora, pode não ter prejuízo se a decisão for desfavorável no futuro, mas se for favorável, vai estar de fora da concorrência e com custo tributário mais elevado. É uma questão de mercado", afirma (processo nº 0803906-46.2024.4.05.0000).

Ela ainda aconselha que as companhias provisionem os valores. "Se a decisão cair, ela já tem o valor em casa para fazer o pagamento", diz. Catarina acrescenta que no caso da Pitú, com a liminar e a nova legislação em vigor, a situação está ainda melhor que no ano passado, já que não há mais a necessidade de cumprir os requisitos do artigo 30 da lei anterior, como constituir reserva de lucros e não distribuir dividendos para sócios, pois foi revogado pela nova legislação do ano passado que, por sua vez, teve os efeitos afastados pela decisão do tribunal.

Segundo o tributarista Carlos Eduardo Amorim, sócio do Martinelli Advogados, o Judiciário, em maioria, tem reafirmado a jurisprudência do STJ (Tema 1182). "O cenário tanto no primeiro grau quanto nos TRFs tem sido favorável para as empresas. O entendimento é o de que o IRPJ não pode alcançar os créditos presumidos porque não é receita própria", afirma Amorim, que tem mais de 140 processos discutindo a Lei nº 14.789 e conseguiu as liminares em favor da Predilecta Alimentos e Gvinah (processos nº 5006507-272024.4.03.0000 e nº 5009294-292024.4.03.0000).

O Valor procurou a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e as empresas envolvidas, mas não deram retorno até o fechamento da edição. O escritório Mattos Filho, que defendeu a Mondelez, preferiu não comentar a questão.

"Cenário tanto no primeiro grau quanto nos TRFs tem sido favorável" Carlos E. Amorim

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187866>

Taxa de juro real do Brasil seguirá elevada - BRASIL EM FOCO

BRASIL EM FOCO

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de diminuir o ritmo de corte na taxa de juros na reunião de terça e quarta-feira desta semana mostra uma mudança de postura do Banco Central que vai contra o argumento da previsibilidade e indica que o país continuará convivendo com uma alta taxa de juro real, quando se desconta a **inflação** projetada para 12 meses da taxa de juros nominal por um bom tempo ainda. Com a redução da taxa básica de juros Selic de 10,75% para 10,50% ao ano manteve o Brasil com a segunda maior taxa de juros do mundo, com 6,45%, perdendo apenas para a Rússia, em guerra e sob sanções do ocidente, cuja taxa de juro real bate em 7,79%. Com a **inflação** em trajetória descendente, o freio na Selic pode representar aumento das taxas reais de juros.

O maior destaque da reunião ficou por conta da divisão entre os diretores do BC, com quatro votando por uma redução de 0,5 ponto percentual e quatro por um corte de 0,25 ponto percentual. O desempate coube ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, que no fim do ano deixa o cargo, o que já leva o mercado a entender que a

política de política monetária austera tem prazo de validade. Detalhes do debate entre os diretores deve ficar mais claro na próxima semana, quando o BC divulgará a ata da reunião do Copom, que em parte deve confirmar o **comunicado** de que a **inflação** está desanco-rada da meta neste e no próximo ano e que essa é.

A decisão frustrou o setor produtivo, até porque na ata da última reunião o Copom sinalizou para mais um corte de 0,5 ponto na Selic, o que acabou não ocorrendo. A interrupção da previsibilidade ocorreu porque nos últimos dias, o mercado financeiro passou a apostar em um corte menor na Selic por causa de notícias que elevaram a preocupação com a questão fiscal e em função de um grau maior de incerteza global, sobretudo com relação à taxa de juros nos Estados Unidos. Na questão fiscal é preciso lembrar que cada ponto na taxa de juros representa cerca de R\$ 38 bilhões, a mais quando o juro sobe, ou a menos quando a taxa cai.

Além de pesar sobre as contas do governo e contribuir

para o aumento da dívida - motivo usado pelo mercado para justificar juros altos - a taxa de juros elevada inibe investimentos e consumo num primeiro momento, funcionando como trava para o crescimento econômico. Para o setor produtivo a postura mais conservadora do Banco Central "é um erro" pois mesmo com mais incertezas no mercado internacional, o fato de a **inflação** estar em queda abriria uma janela para um novo corte de 0,5 ponto percentual, que não deve voltar a ocorrer mesmo com o Banco Central deixando o mercado sem nenhuma sinalização sobre os próximos passos da política monetária.

O temor maior do mercado financeiro é de que o novo presidente do Banco Central tenha um alinhamento maior com o governo, o que reduziria o rigor com o controle da **inflação**, mas é preciso lembrar que o Banco Central é uma instituição independente do governo e como tal permanecerá. Muito embora isso não signifique que o Banco Central não possa conversar com o governo para que, como esperam muitos empresários, a política monetária ande junto com a política fiscal, de forma que os juros caiam à medida em que o governo busque o equilíbrio fiscal.

*

BOLSA

R\$ 2,5 bilhões foi a receita da bolsa de valores de São Paulo, a B3, no primeiro trimestre deste ano. O lucro líquido recorrente foi de R\$ 1,1 bilhão

PRECONCEITO NA OBRA

Pesquisa realizada pelo Siengee AEC Web mostra que para 77% dos profissionais da construção civil há preconceito contra a presença de mulheres no setor. A pesquisa "Mulheres na construção: evolução e protagonismo" entrevistou 619 pessoas que atuam no setor entre fevereiro e março deste ano. Machismo, assédio, falta de creches e de apoio à maternidade são alguns dos problemas enfrentados por elas nas obras

COMPRAS

Com gastos entre R\$150 e R\$ 300, pelo menos 46,2% dos brasileiros pretendem comprar presentes para as mães este ano, enquanto outros 31% não pretendem

presentear as mães. É o que mostra pesquisa da Associação Comercial de São Paulo feita pela PiniOn com a escuta de 1.682 pessoas em todo o país. Pelo levantamento, 22,8% ainda estão indecisos sobre a compra do mimo.

Site: <https://digital.em.com.br>

A confusão que o BC terá de desfazer (Editorial)

Fazia tempo que uma reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) não causava tanto ruído no mercado.

Não pela decisão em si, que já era esperada, mas pela forma como ela se deu.

Como se viu, o Copom reduziu a taxa básica de juros em 0,25 ponto porcentual (p.p), de 10,75% para 10,50% ao ano.

Esse era o palpite majoritário do mercado, que estava relativamente dividido sobre a magnitude do corte.

Pesquisa realizada pelo Projeções Broadcast revelou que 25 analistas esperavam uma redução de 0,25 p.p., enquanto 20 apostavam em uma diminuição de 0,50 p.p. Um corte maior, portanto, não seria mal recebido pelo mercado.

O problema tampouco foi o placar da decisão. Colegiados promovem discussões e favorecem o dissenso. É natural que as decisões não gerem unanimidade e, para evitar empates, o número de integrantes é ímpar. O Copom tem nove membros, entre eles o presidente do BC, mas seu voto tem o mesmo peso que o dos demais diretores na decisão final.

A questão é que a divisão entre os integrantes do Copom abriu margem para dúvidas sobre o caráter técnico da decisão, o que é muito ruim para um órgão como o Banco Central. Os cinco membros que votaram pela redução de 0,25 p.p. foram todos indicados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, enquanto os quatro nomeados pelo presidente Lula da Silva se uniram em torno de um corte de 0,50 p.p.

Como informou o **comunicado** divulgado após a reunião, há fatores sobre os quais todos os diretores concordam. O cenário externo está mais adverso em razão das incertezas sobre quando o Federal Reserve começará a reduzir os juros nos Estados Unidos, enquanto o ambiente doméstico requer cautela em um momento de economia resiliente e expectativas de **inflação** desancoradas.

A ata do Copom, a ser divulgada na próxima semana, certamente trará argumentos favoráveis a cada um dos lados - tanto para quem defendia uma redução de

0,25 p.p. quanto para quem preferia uma queda de 0,50 p.p.

O ponto não é esse, mas sim o fato de que uma nuvem de suspeição se instalou sobre o colegiado, e quem contribuiu muito para criar esse clima foi o verborrágico presidente Lula da Silva, que não perde a oportunidade de criticar o presidente do BC, Roberto Campos Neto.

Se para alguns a decisão da maioria do Copom soa como provocação a Lula da Silva, para outros a dissidência manifestada pelos novos diretores sugere que eles estão dispostos a obedecer aos comandos demagógicos do petista.

Desfazer essa confusão será bastante desafiador.

Já se sabia que o BC não mais indicaria a trajetória a ser trilhada tão claramente desde a reunião de março, mas o órgão deixou o mercado no escuro em um momento que já era suficientemente delicado em razão do cenário externo.

Afinal, entre a reunião do Copom de março e a desta semana, o governo alterou as metas fiscais de 2025 e 2026. Tal decisão elevou sobremaneira a desconfiança sobre o compromisso com o reequilíbrio das contas públicas. Aparentemente, isso não preocupa quatro dos nove membros do Copom.

Sobre esse tema, o sucinto **comunicado** informou que o Copom acompanha com atenção os "desenvolvimentos recentes" da política fiscal e seus impactos sobre a política monetária. Para não dizer que esse risco foi menosprezado, o BC reforçou, "com especial ênfase", que a extensão e a adequação de ajustes futuros na taxa de juros serão ditadas pelo firme compromisso de convergência da **inflação** à meta - o que envolve, de maneira indireta, a política fiscal.

A todas as incertezas que já existiam, soma-se agora o receio de que haja um viés político nas decisões. Para piorar, tudo isso ocorre no fim do mandato de Campos Neto, que votou pelo corte menor, enquanto o mais cotado para substituí-lo no cargo, Gabriel Galípolo, votou por uma redução maior. E em 2025, os indicados pelo petista serão maioria no colegiado.

O BC terá muito trabalho para explicar a decisão desta semana de maneira convincente. E o problema é que não bastarão argumentos técnicos, pois terá de vencer uma batalha que entrou no campo da política. Uma eventual derrota pode custar a credibilidade da própria instituição.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Novas incertezas na economia - CELSO MING

CELSO MING

O racha na reunião do Copom desta quarta-feira produziu mais incerteza do que a produzida pela queda dos juros básicos (Selic) em 0,25 ponto percentual, menor do que a dose maior, de 0,5 ponto, decidida nas seis reuniões anteriores.

A novidade foi mais de natureza política do que técnica.

Os quatro diretores que divergiram dos outros cinco e votaram por um corte maior dos juros são os que foram conduzidos ao Copom pelo presidente Lula, um crítico ácido do atual presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

Como em janeiro assumirá a presidência do Banco Central alguém a ser indicado por Lula, surgiram suspeitas de que, a partir de janeiro, o Copom mudará a ênfase da política monetária, será mais tolerante no combate à **inflação** e trabalhará com juros mais baixos.

Ou seja, o risco é o de que, no Copom, critérios políticos prevaleçam sobre critérios técnicos, numa conjuntura de uma política fiscal já marcada pela ganância. É preciso evitar que ocorra algo parecido com o que houve durante o governo Dilma, quando entregues ao subserviente Alexandre Tombini, os juros foram derrubados a canetadas, a **inflação** disparou, a recessão tomou conta, a austeridade foi para o brejo e para as pedaladas e tudo terminou como já sabido.

Juros são um dos dois preços do dinheiro (o outro é o câmbio). Quem tem dívidas ou terá de fazê-las se sentiu com a brocha na mão, porque já não sabe o que esperar das suas despesas financeiras futuras. Daí as incertezas e a insegurança.

No **comunicado** divulgado logo após a reunião desta quarta-feira, aparentemente para compensar o racha, o Copom fez uma afirmação inconvincente de unidade, a de que os integrantes do colegiado convergiram no diagnóstico: "O Comitê, unanimemente, avalia que o cenário global incerto e o cenário doméstico marcado por resiliência na atividade e expectativas desancoradas demandam maior cautela (...) e uma política monetária contracionista".

Faltaram explicações sobre as razões técnicas pelas quais a alegada convergência no diagnóstico desaguou na divergência quanto ao procedimento adotado. O mercado financeiro sentiu falta de chão: os juros futuros dispararam, o dólar subiu 1,0%, para R\$ 5,14, e a Bolsa caiu 1,0%. Pareceu exagerada a sensação de que Campos Neto já não consegue liderar o Banco Central como antes; e de que tenha virado uma espécie de pato manco.

Como este é ano de escolha dos novos prefeitos e de definição das bases que comandarão a sucessão presidencial em 2026, falta saber quais serão os desdobramentos políticos e, ainda, os desdobramentos de política econômica a serem comandados por um governo que tolera rombos atrás de rombos e se sente inseguro em relação ao resultado das eleições.

Até onde vai o déficit fiscal do setor público e até que ponto a economia brasileira ficará desarrumada?

Notícias Relacionadas:

O LIBERAL - BELÉM - PA
Novas incertezas na economia

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Temor de interferência política no BC leva dólar a R\$ 5,14; Bolsa cai 1%

**ANTONIO PEREZ LUIS LEAL SÃO PAULO ALVARO
GRIBEL BRASÍLIA**

O temor de uma interferência política no Banco Central deu o tom ontem no mercado, e fez o dólar fechar em R\$ 5,14, com alta de 1,01% - depois de superar o patamar de R\$ 5,17 pela manhã. Já o Ibovespa, principal indicador da Bolsa, registrou queda de 1%, aos 128,1 mil pontos. Segundo operadores, a valorização de ações como Vale ON (0,81%) e Petrobras (1,76%, da ON, e 0,97% da PN) ajudou a impedir uma queda mais forte do índice geral. Na semana, o Ibovespa passou a acumular perda de 0,25%, ainda avançando 1,80% no mês - no ano, o índice da B3 recua 4,47%.

O mercado reagiu ao resultado do Comitê de Política Monetária (Copom), que na quarta-feira anunciou um corte de 0,25 ponto porcentual para a Selic (a taxa básica de juros) em meio a um racha entre os integrantes do colegiado.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, e outros quatro diretores votaram pelo corte de 0,25 ponto; já os diretores indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Gabriel Galípolo, Ailton de Aquino, Paulo Picchetti e Rodrigo Teixeira) defenderam um corte de 0,5 ponto. Galípolo visto pelo mercado como favorito para assumir o comando da autarquia ao fim do mandato de Campos Neto, em dezembro.

Na visão de alguns analistas, isso poderia abrir brecha para um Banco Central mais leniente com a **inflação**. "O mercado aumentou a probabilidade de um BC menos comprometido em atingir o centro da meta. O câmbio acaba refletindo isso, porque é um dos canais de transmissão da política monetária.

Com **inflação** mais alta, a moeda (o real) perde valor", afirmou o economista-chefe do Banco Pine, Cristiano Oliveira, ressaltando que opiniões conflitantes são comuns nos bancos centrais de países desenvolvidos.

"O que chama a atenção do mercado é o fato de os quatro diretores indicados pelo atual governo votarem por corte maior. Pode ser um BC futuro que dê mais atenção para a atividade.

Mas a ata (que será divulgada na próxima terça-feira) pode mostrar se foi algo específico da decisão de

ontem (quarta-feira passada)", acrescentou.

"No ano que vem, o governo passará a ter sete membros indicados para o Copom. Com a mudança na presidência da autarquia, na virada para 2025, o temor é de que se tenha, então, um BC muito mais expansivo, inclinado a cortes de juros independentemente talvez de dados que mostrem confiança quanto à **inflação**", afirmou Pedro Moreira, sócio da One Investimentos.

"DEBATE TÉCNICO". Questionado ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que só comentará a decisão após ler a ata da reunião.

"Vejo com naturalidade o debate técnico em torno dessa questão, é o andamento normal das coisas." Mas segundo interlocutores do governo com o Banco Central, houve surpresa entre os diretores indicados pelo presidente Lula com a leitura de que eles teriam dado um sinal de leniência em relação ao controle da **inflação**, ao defenderem uma redução de 0,5 ponto na Selic.

O argumento é de que o **comunicado** divulgado logo depois da reunião da quarta-feira foi bastante duro, e representou a visão do Copom como um todo, não apenas da ala vencedora, que votou pela redução menor, de 0,25 ponto porcentual - de 10,75% para 10,5% ao ano. Por isso, a ata que será divulgada na próxima semana deve deixar isso mais claro, a ponto de acalmar o mercado financeiro.

O entendimento desses diretores, incluindo Galípolo e também Paulo Pichetti, é de que o fim do ciclo é muito mais importante do que o ritmo de cortes. Por essa lógica, o BC poderia cortar os juros mais rapidamente, mas encerrar as reduções antes. Já a ala liderada pelo presidente do banco entende que é melhor ir devagar, para ter mais tempo de análise.

Juros 10,5% ao ano é o patamar da Selic (taxa básica de juros) definido pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC em reunião na quarta-feira. Definição da taxa não teve consenso no colegiado

Notícias Relacionadas:

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA
Temor de interferência política no BC leva dólar a R\$ 5,14; Bolsa cai 1%

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Banco da Inglaterra se junta a pares europeus e indica corte de juros

I GABRIEL TASSI LARA

Em decisão anunciada ontem, o Banco da Inglaterra (BoE) manteve os juros no patamar de 5,25%, enquanto prepara terreno para um possível corte em junho ou agosto - a depender das duas próximas leituras mensais de **inflação**. A decisão acompanhou a crescente guinada entre os bancos centrais da Europa em direção a uma política mais frouxa, em um movimento que amplia o contraste com o Federal Reserve (Fed, o banco central americano), que lida com uma **inflação** persistente no país.

Nesta semana, o Banco da Suécia (Riksbank) já havia reduzido os juros em 0,25 ponto percentual, com a previsão de mais dois cortes ainda neste ano - mas analistas da Capital Economics preveem flexibilização ainda maior. Em paralelo a isso, dirigentes do Banco Central Europeu (BCE) têm sinalizado que as taxas na Zona do Euro devem ser cortadas em seu próximo encontro, em junho, como amplamente precificado por analistas.

Agora, o Banco da Inglaterra reforçou que deve se juntar ao grupo europeu e não ficar à espera do Fed, que ainda tem um caminho mais longo na batalha contra a **inflação**. Durante a coletiva de imprensa após a decisão, o presidente do BoE, Andrew Bailey, disse que não vai esperar o Fed para agir, e que tampouco leva em conta as decisões da contraparte americana. Segundo ele, a natureza da **inflação** é diferente nos dois países, bem como o potencial de crescimento no curto prazo, e isso deve ser colocado na balança.

Bailey disse que, com riscos inflacionários contidos, o corte virá em um futuro próximo, e manteve a possibilidade aberta para junho caso os próximos dados de **inflação** venham dentro do esperado. Para o ING, a flexibilização deve começar em agosto, enquanto o UniCredit afirma que "não é necessário muito" para que a autoridade monetária inicie a mudança já em junho.

Decisão Taxa de juros foi mantida em 5,25%, patamar vigente desde agosto de 2023

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Divisão do Copom semeia incerteza para o futuro (Editorial)

A decisão do Banco Central (BC) de baixar a taxa básica de juros, a Selic, em 0,25 ponto percentual, para 10,5% ao ano, demonstrou que a autoridade monetária está atenta à deterioração do cenário econômico e ao risco inflacionário. Diante do ímpeto gastador do Executivo e do Legislativo, capaz de alterar as metas do novo arcabouço fiscal nem bem elas entraram em vigor, reduzir o ritmo de queda dos juros parece ser a alternativa mais adequada. Mesmo assim, a decisão despertou preocupação com o futuro.

O motivo foi o placar da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) responsável por tomá-la. Os quatro diretores do BC indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva defenderam corte maior na Selic, de 0,5 ponto percentual, outros quatro defenderam apenas 0,25. O voto de desempate foi dado pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto. Foi o bastante para despertar o temor de que, com mais dois diretores escolhidos pelo PT a partir de janeiro, o BC se torne mais tolerante com a **inflação**.

O medo é que os interesses políticos se sobreponham à análise técnica. Se consumidores e empresários se convencerem disso, estará em risco não apenas a meta de um ou outro ano, mas a própria credibilidade do regime de metas que, desde 1999, vigora com sucesso no combate à chaga inflacionária que tanto custou ao Brasil.

Dois fatos corroboram tais temores. Primeiro, ainda está na memória de todos os agentes econômicos a intervenção política de outro governo petista - a gestão Dilma Rousseff-no BC. Em 2011, o então presidente do BC, Alexandre Tombini, deu um "cavalo de pau" na política monetária, promovendo redução artificial da Selic, em desafio aos indicadores e modelos consagrados. O resultado foi o superaquecimento da economia, com ressurgimento da **inflação** meses depois, seguido de recessão e de uma ressaca cujo preço o país paga até hoje.

O segundo fato são os repetidos ataques de Lula a Campos Neto, usado como bode expiatório em boa parte do ano passado para justificar os percalços da economia. O primeiro encontro entre os dois só aconteceu em setembro, quase dez meses depois da posse. Lula é um crítico contumaz da autonomia do BC, aprovada pelo Congresso no governo passado. A animosidade injustificada contra a atual gestão reforça

a convicção de quem aposta numa mudança de postura da autoridade monetária quando a maioria dos diretores for formada pelos indicados por Lula.

É certo que não se podem tirar conclusões apressadas. A ata da reunião, prevista para a semana que vem, deverá ser esclarecedora. A divergência pode estar apenas no nível ideal almejado para a Selic. Em **comunicado** sucinto, o Copom deu a entender que há convergências: "O Comitê, unanimemente, avalia que o cenário global incerto e o cenário doméstico marcado por resiliência na atividade e expectativas desancoradas demandam maior cautela. Ressalta, ademais, que a política monetária deve se manter contracionista até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas". Se a ata e, principalmente, as decisões futuras do Copom confirmarem essa avaliação, os temores perderão força. Mas desde já está semeada mais uma incerteza.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Enchente no RS coloca em xeque alta de 2% no PIB brasileiro

Anais Fernandes, Marcelo Osakabe e Marta Watanabe

Os impactos negativos das enchentes no Rio Grande do Sul, Estado com o quarto maior Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil, para a economia nacional podem variar, em estimativas preliminares, de 0,2 a 0,3 ponto percentual (p.p) e impedir que, apesar da atividade geral resiliente, o ano de 2024 feche com um **PIB** agregado muito acima de 2%.

A XP Asset já revisou sua projeção para o **PIB** do Brasil neste ano de 2,4% para 2,1%. Se antes a expectativa era de crescimento de 0,7% no segundo trimestre, sobre o primeiro, agora a gestora espera queda de 0,2%. "E a impressão que eu tenho, hoje, é que o impacto pode ser ainda mais negativo do que nossas contas sugerem", diz o economista-chefe, Fernando Genta.

Isso porque sua estimativa leva em consideração mais o efeito direto das enchentes na economia gaúcha e menos seus "transbordamentos", explica Genta. Por exemplo: tendo em vista que o ajuste anual do salário mínimo já foi dado, a alta nos preços de alimentos, por problemas com as safras no RS, pode levar a uma corrosão do poder de compra das famílias e, portanto, afetar o consumo no **PIB**.

Em um primeiro exercício, Fernando Fenolio, economista-chefe da Wealth High Governance, estima que o impacto negativo pode variar de 0,02 ponto percentual no **PIB** nacional, se houver recuperação total da capacidade industrial gaúcha e 25% de perda da colheita local remanescente, a 0,34 ponto percentual, se a perda da colheita que resta for integral e a recuperação da indústria não passar 25%.

Um impacto de 0,22 ponto percentual, causado por uma perda total da colheita remanescente, mas 75% de recuperação da capacidade industrial, parece um cenário mais provável no momento, segundo Fenolio. "Vamos revisar o **PIB**. Temos 2% neste ano, matematicamente, iria para 1,8%", diz. A **inflação**, por sua vez, iria de 3,8% para 4%. "É um choque de oferta clássico, menos **PIB** e mais **inflação**."

Nos cálculos preliminares da 4intelligence, o desastre pode fazer o crescimento do **PIB** gaúcho chegar a apenas 0,5% este ano, de 5,5% projetados anteriormente. Considerando que o Estado representa

cerca de 6,5% da economia nacional, a estimativa é que as enchentes reduzam em 0,2 ponto percentual a expansão do **PIB** do Brasil em 2024. Assim, a projeção oficial da 4i de alta de 1,9% do **PIB** do Brasil este ano pode ir a 1,7%.

"O principal impacto na atividade se dará em maio. Em junho, acreditamos que grande parte das atividades estará normalizada, a depender dos danos físicos e do ritmo de reconstrução", diz, em relatório, o Bradesco, que também vê impacto potencial da tragédia de 0,2 a 0,3 p.p. sobre o **PIB** brasileiro.

Por outro caminho, a G5 Partners tem conta semelhante, de perda de 0,3 p.p. "Como nunca houve desastre natural da magnitude do que aconteceu no Rio Grande do Sul, buscamos referência de impactos semelhantes em outros locais e usamos como base os efeitos dos furacões Katrina e Rita nos EUA em 2005", diz o economista-chefe, Luis Otávio Leal.

A partir de um estudo do Departamento de Comércio dos EUA, que mensurou trimestralmente o impacto desses furacões no **PIB** americano, e adaptando os parâmetros às métricas no Brasil, Leal calculou que as enchentes devem tirar 10,5 pontos percentuais da variação do **PIB** gaúcho no segundo trimestre de 2024, em relação ao primeiro. Com isso, sua projeção para crescimento do **PIB** nacional em 2024 cairia de 2,1 % para 1,8%.

A G5 não mexeu na estimativa, mas, antes das enchentes no Estado, a expectativa era elevar a previsão de **PIB** nacional para o ano, após a divulgação dos dados oficiais do primeiro trimestre.

"Creio que a comparação com o efeito dos furacões Katrina e Rita não é descabida, porque houve destruição similar de ativos. A estimativa, porém, não alcança outras variáveis, como a capacidade de reação americana em comparação com a brasileira", diz Leal, observando que os EUA já têm toda uma organização estruturada para desastres do tipo.

Na avaliação do Banco Pine, a projeção para o crescimento do **PIB** do Brasil em 2024, de 2,3%, pode ser revista para 2,1%, em um exercício inicial.

"O impacto tende a ser mitigado para o **PIB** nacional. Regionalmente, é muito mais e, pensando em trilhões

de reais, tem uma perda de riqueza. Mas fico ainda mais preocupado com o agronegócio", diz o economista-chefe do banco, Cristiano Oliveira. Ele nota que, se o Estado tem peso de 6,5% no **PIB** nacional, no **PIB** agro a participação é quase o dobro, ao redor de 12,5%.

Olhando apenas para o Estado, a 4i estima que o setor mais afetado será a agricultura, podendo crescer, apenas no segundo trimestre, em torno de 25% a menos que o esperado. "Sozinho, o **PIB** do agro gaúcho deveria crescer 18,9% em 2024, se recuperando de uma quebra gigante de safra em 2022 que não foi inteiramente reposta em 2023. Essa alta, agora, pode ficar em apenas 1,9%", diz o economista-chefe, Bruno Lavieri.

Supondo que metade do que ainda esteja nos campos gaúchos tenha sido perdida, 7,5% da produção de arroz no Brasil e 2,2% da soja podem estar comprometidos, calcula o Bradesco, ponderando que essas ainda "parecem ser estimativas conservadoras".

Considerando isso e também eventuais impactos no plantio do trigo, que apenas começou, e nos abates de frangos e, principalmente, de suínos, o Bradesco estima que a queda do **PIB** agro brasileiro em 2024 poderia se aprofundar dos esperados 3% para 3,5%.

"E tem toda a infraestrutura com a qual o agronegócio trabalha, dos silos de armazenagem, estradas, transmissão de energia. Tudo isso deve ficar comprometido por algum tempo", diz Oliveira, do Pine. Por isso, para ele, o efeito da tragédia gaúcha no **PIB** tende a ser mais "duradouro e preocupante" do que, por exemplo, na **inflação**.

Nos serviços, os transportes devem sofrer por mais tempo diante das interdições nas rodovias, enquanto os serviços prestados às famílias podem ver atividades relacionadas a lazer, hotelaria e serviços pessoais mais impactadas, aponta o Bradesco. A projeção da 4i para os serviços no Estado passou de alta de 1,9% para queda de 3,1% no ano, com prejuízos concentrados no segundo trimestre.

A indústria pode sofrer menos: a estimativa para 2024 foi de 1,8% para 1%. "A extrativa quase não tem peso no Estado, ao passo que a manufatura, que é importante pela produção de veículos e máquinas, deve ter impacto pontual e se recuperar adiante, já que a demanda ficou apenas represada. Além disso, devemos ver algum impulso da construção, dado que os estragos das enchentes devem impulsionar obras", diz Lavieri.

Para 2025, a 4i elevou a previsão de **PIB** gaúcho de 2% para 6,1%. "Nós mantivemos a projeção para o

nível dos serviços e da indústria. Crescem um pouco menos em 2024, mas se recuperam no ano seguinte. Já a agricultura deverá continuar abaixo do inicialmente esperado", afirma Lavieri.

"É muito provável que o agronegócio da região sinta as consequências do evento atual por muito meses ainda, colocando em dúvida, inclusive, o sucesso da próxima safra", afirma Oliveira. Ele lembra que, a partir de julho, o La Nina, que tende a deixar o clima seco no RS, deve voltar. Embora isso possa parecer bom diante das tragédias causadas pelo excesso de chuvas, para as culturas da região é prejudicial. "Infelizmente, eventos climáticos extremos tendem a atingir bastante o Estado, até pela sua localização", diz.

"Impacto pode ser ainda mais negativo do que nossas contas sugerem" Fernando Genta

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187866?page=1§ion=1>

81% da produção gaúcha está em cidades em estado de calamidade pública

Os impactos dos fortes temporais nas economias gaúchas e nacionais ainda estão sendo medidos por especialistas, mas já é possível afirmar que 80% do PIB do Rio Grande do Sul estão neste momento em estado de calamidade pública devido aos temporais que tiveram início na semana passada.

Dos 497 municípios do Estado, 336 (ou 68% do total) estão nesse instrumento que permite o acesso a recursos financeiros federais de forma facilitada. Quando o cálculo leva em conta o PIB de uma dessas localidades, esse percentual sobe para 81% da produção gaúcha em 2021 (dado mais recente do IBGE): são R\$469 bilhões dos R\$581 bilhões produzidos naquele ano.

Apenas três (Rio Grande, Triunfo e Ijuí) dos 20 maiores PIBs municipais do Rio Grande do Sul não constam na lista de estado de calamidade pública divulgada pelo governo estadual.

Segundo a Fiergs (federação da indústria gaúcha), o desastre atingiu os principais polos industriais do Rio Grande do Sul, como a região da Serra e metropolitana de Porto Alegre (fortes na produção nos segmentos metalmeccânico) e a do vale dos Sinos, que se destaca na produção no segmento de calçados.

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), afirma que serão necessários R\$ 19 bilhões para reconstruir as perdas em decorrência das chuvas que atingem o estado desde a última semana.

"São necessários recursos para diversas áreas. Insisto: o efeito das enchentes e a extensão da tragédia são devastadores", escreveu ele em seu perfil oficial no X (antigo Twitter). "Nas próximas horas, vamos detalhar as ações projetadas que contemplariam as nossas necessidades." Até a conclusão desta edição, porém, ele não havia anunciado as obras prioritárias.

A emissão de decretos de calamidade pública está sendo questionada pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS), que anunciou ontem que vai investigar se os municípios foram realmente atingidos pelas enchentes.

A situação chamou a atenção das autoridades depois que Imbé, no litoral gaúcho, decretou estado de

calamidade nesta quarta-feira. O município, no entanto, não foi afetado pelas chuvas que atingem o Estado nos últimos dias. Segundo o prefeito local, a decisão se deveu ao fato de a cidade ter recebido muitos desabrigados dos municípios vizinhos.

O número de desalojados por causa das tempestades no Rio Grande do Sul dobrou nesta quinta-feira (9), de acordo com a Defesa Civil. Boletim divulgado pela manhã mostrava que havia 164,6 mil pessoas que tiveram de deixar suas residências por causa da inundação e foram para a casa de parentes, por exemplo. No início da noite, a quantidade saltou para 327,1 mil vítimas nessa situação.

O Estado chegou nesta quinta à marca de 107 pessoas mortas em decorrência das chuvas. A quantidade de óbitos foi informada pela Defesa Civil estadual pela manhã e confirmada às 18h. O número de mortos pode aumentar nos próximos dias, pois há um total de 136 desaparecidos e há um óbito em investigação.

A quantidade de feridos também dobrou na comparação entre os dois boletins. Pela manhã havia 374 pessoas. No início da noite eram 754. Outras 68,5 mil pessoas da chuva estão em abrigos montados para socorrer as vítimas que não têm para onde ir.

Há ao menos 379 mil pontos sem energia e 452 mil sem água no Rio Grande do Sul em decorrências das fortes chuvas que atingiram a região ao longo da última semana. As aulas foram suspensas nas 2.338 escolas da rede estadual e mais de 327 mil alunos foram impactados.

De acordo com a Secretaria de Saúde gaúcha, 140 serviços de saúde, entre hospitais e outras unidades, foram afetados pelas inundações, o que vai demandar um grande projeto de reconstrução e reaparelhamento dos equipamentos perdidos. (Com Folhapress)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187866?page=1§ion=1>